

PLANO ESTRATÉGICO

1º RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

2019-2022

Brasília, 2020

APRESENTAÇÃO

Elaborado pela Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação, da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Governança (CGPA/SPOG), o 1º Relatório de Avaliação do Plano Estratégico do Ministério da Cidadania 2019-2022 tem por objetivo contribuir para o aperfeiçoamento dos instrumentos de planejamento e da atuação estratégica do Ministério da Cidadania.

O Plano Estratégico do Ministério da Cidadania 2019-2022 foi elaborado com o objetivo de orientar, articular e auxiliar a governança das políticas públicas do órgão, representando a expectativa de estabelecer ações mais efetivas nas áreas do desenvolvimento social e do esporte, contribuindo, assim, para a construção de uma grande rede de Cidadania, em que serviços e ações prestados pelo Ministério cheguem à população com maior eficiência e coesão.

Instituído pela Portaria nº 2.368, de 20 de dezembro de 2019, o Plano Estratégico representa o reconhecimento da necessidade de se estruturar elementos de planejamento e de gestão para o aperfeiçoamento da governança do Ministério.

Em 2019, a Pasta era formada por 19 Secretarias Finalísticas e 8 Instituições Vinculadas, cada uma com sua cultura organizacional e suas especificidades. O Plano Estratégico buscou formas de realizar a integração e o alinhamento estratégico para que cada política pública pudesse gerar seu valor público potencial.

É importante destacar que o Plano, tanto em termos de estrutura quanto de conteúdo, se encontra alinhado às disposições ulteriores contidas na Instrução Normativa nº 24, de 18 de março de 2020 (IN nº 24/2020) do Ministério da Economia. A Portaria nº 2.368/2019 dispõe que o Plano Estratégico e demais instrumentos dele decorrentes seriam monitorados, avaliados e revistos periodicamente, cabendo às Reuniões de Avaliação da Estratégia (RAE) o papel de instância deliberativa. O estabelecimento desses pontos de controle temporais é necessário para que se monitore e avalie as ações planejadas, de modo a ensejar eventuais redefinições, como correções de rota, redimensionamentos de recursos para a sua execução ou, até mesmo, o cancelamento da execução de uma ação.

É preciso observar também que, conforme dispõe o art. 4º da referida IN nº 24/2020, os órgãos da administração pública federal deverão atualizar seus planos estratégicos institucionais de forma alinhada ao Plano Plurianual para o período de 2020 a 2023 (PPA 2020-2023), e demais instrumentos de planejamento governamental, como a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (ENDES).

ASPECTOS GERAIS

Mais do que a definição de um Plano para 4 anos, o processo de construção do planejamento estratégico, iniciado em 25 de janeiro de 2019, que contou com a participação de cerca de 460 colaboradores de todas os setores da Pasta, teve por objetivo estruturar as diretrizes do Órgão, emanadas da alta direção, a fim de alcançar um planejamento plural e com efetiva integração entre as áreas.

A definição dos elementos basilares do Plano Estratégico do Ministério da Cidadania para o período 2019-2022 teve como pressuposto o reconhecimento da função primordial do Órgão de promover transformações na sociedade com vistas a melhorar de forma contínua a qualidade de vida das pessoas.

Assim, para viabilizar essas transformações, toda a gestão estratégica da governança ministerial foi desenhada, no Plano, a partir de quatro Entregas para a Sociedade e da definição dos Direcionadores Estratégicos que norteiam sua atuação, traduzidos na forma de Missão, Visão, Valores e Valor Público, para o período de 2019-2022. A partir desses elementos centrais, foram definidos os Objetivos Estratégicos, dos quais se constituíram as Metas Estratégicas.

Todos os elementos do Plano Estratégico são, *a priori*, objetos de avaliação. Assim, é importante que seja realizado o exame minucioso dos Direcionadores Estratégicos, a fim de se verificar se continuam válidos ou necessitam de adaptações, ainda que estes possuam um sentido de permanência maior devido ao seu caráter orientador da atuação do Órgão no longo prazo. Sob os Objetivos Estratégicos que recaem os olhares mais detalhados da avaliação, devido à forte correlação existente entre eles e as Políticas desenvolvidas pelo Órgão.

Os Objetivos Estratégicos do Ministério representam, em termos conceituais, os fins a serem perseguidos pela Pasta para o cumprimento de sua missão institucional e o alcance de sua visão de futuro, por meio da geração de valor público, com vistas a proporcionar respostas efetivas às necessidades e demandas da sociedade.

Por serem os elementos temáticos de maior grau de agregação, os Objetivos Estratégicos possuem correlação com as Políticas e, por conseguinte, com as Unidades da Pasta e respectivas atribuições, o que faz destes atores as fontes primárias de coleta sistematizada das informações demandadas pelo processo de avaliação. Não obstante, não se pode perder de vista a noção de transversalidade inerente a este Plano Estratégico.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A IN nº 24/2020 dispõe sobre o planejamento estratégico institucional das entidades da administração pública federal em suas diversas etapas. Entre as disposições, essa norma determina que, a partir de 2021, os órgãos e entidades deverão revisar e avaliar seu planejamento estratégico pelo menos uma vez por ano. Nesse processo, devem ser observados, dentre diversos aspectos, os resultados obtidos, bem como a evolução dos indicadores e sua relação com os objetivos definidos, e também uma avaliação da situação dos projetos estratégicos.

Existem várias metodologias e ferramentas próprias para serem utilizadas nos processos de avaliação de planos estratégicos. A multiplicidade de abordagens no campo da avaliação de políticas públicas deve ser considerada como algo positivo, pois proporciona o uso de metodologias que melhor se adaptem à realidade e necessidade da instituição a partir de um amplo espectro de possibilidades.

A proposta de avaliação do Plano Estratégico do Ministério da Cidadania tem como pilares metodológicos o Referencial para Avaliação de Governança em Políticas Públicas, do Tribunal de Contas da União (TCU), e a coletânea de propostas de avaliação constante no documento Avaliação de Políticas Públicas - Guia Prático de Análise *Ex Post*, fruto do trabalho conjunto da Casa Civil e dos Ministérios da Fazenda, do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e da Transparência e Controladoria-Geral da União.

Segundo o Referencial do TCU, avaliação consiste em um *“processo conduzido antes, durante e/ou depois da implementação da política, onde se efetua um juízo sobre seu valor ou mérito considerando: a relevância dos objetivos e estratégias a eficácia (ou efetividade) no alcance dos objetivos e metas esperados, a eficiência no uso de recursos, o impacto e a sustentabilidade da intervenção”* (TCU, 2014, p. 61). Como ressaltado no referido Guia Prático de Análise *Ex Post*, a verificação da efetividade de uma política está associada a seu monitoramento e avaliação, sendo *“(...) necessário avaliar a consistência do desenho dos programas, a sua governança e o seu efetivo retorno para a sociedade”* (IPEA, 2019, p. 3).

É importante ressaltar que no Guia de Avaliação *Ex Post* o foco da avaliação são as Políticas Públicas, que são observadas e analisadas sob diversos parâmetros. Contudo, ainda que o elemento “Política Pública” não esteja indicado explicitamente no Plano Estratégico do Ministério, diversas abordagens expostas no Guia *Ex Post* podem ser transplantadas para a avaliação do Plano, considerando-se a alta correlação entre os Objetivos Estratégicos e as Políticas e Programas do Ministério.



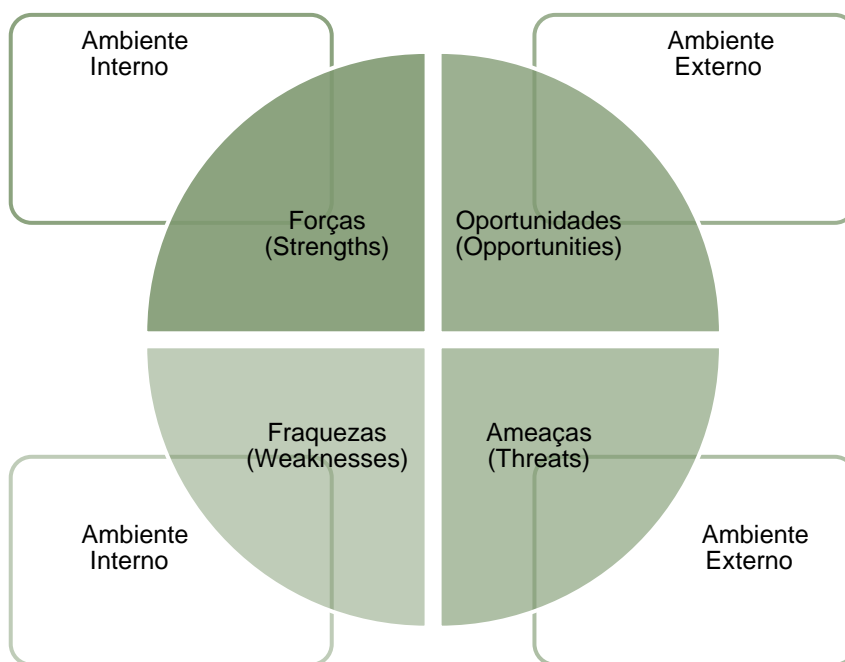
O tipo de avaliação denominada Avaliação Executiva é a que traz elementos mais úteis e adaptáveis ao Plano Estratégico do MC, uma vez que ela se baseia em um conjunto de abordagens (abordagem panorâmica) passíveis de serem transpostas para o âmbito do Plano Estratégico. O que uma avaliação executiva pretende responder é basicamente *"em qual elemento da cadeia de valor há maior chance de ocorrer aprimoramentos"*.

Ademais, essa diversidade de abordagens é uma das vantagens de se adotar uma metodologia flexível no processo de avaliação do Plano Estratégico do MC – dispor de um menu a ser utilizado conforme melhor se adapte tanto às necessidades da Política/Objetivo Estratégico quanto às possibilidades organizacionais das equipes responsáveis pela avaliação.

Análise de Diagnóstico

Inicialmente, uma análise de diagnóstico é algo fundamental para a avaliação do Plano, especialmente neste momento de mudança conjuntural. Mudanças de conjuntura, tanto no âmbito externo quanto interno da instituição são as motivações principais para esse tipo de análise.

O foco de uma análise de diagnóstico recai sobre os pressupostos que deram origem à política pública – a avaliação de diagnóstico concentra-se na relação problema-causa. Dito de outro modo, essa análise consiste em verificar se a estrutura lógica na abordagem do problema continua válida ante aos novos contextos. Para proceder o diagnóstico, o instrumento proposto é a análise SWOT, uma abordagem largamente utilizada nas instituições, que consiste no exame das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças afetas a uma organização diante do contexto interno e externo em que está inserida.



Avaliação de Resultado

A espinha dorsal da avaliação de um plano estratégico se encontra na verificação dos resultados, medidos por meio de indicadores. Esse tipo de avaliação busca verificar a evolução das variáveis de resultado disponíveis e utilizadas no acompanhamento das políticas e, por extensão, dos objetivos estratégicos associados. Assim, busca-se essencialmente saber se esses resultados estão sendo alcançados ao longo do tempo e se estão em linha com o planejado. Portanto, em termos gerais, a avaliação de resultados abordará o desempenho da política pública associada aos respectivos objetivos estratégicos, segundo indicadores selecionados.

Cabe ressaltar que não foi possível avançar até a definição de indicadores específicos para o Plano na ocasião da sua elaboração, porém, alguns destes já estão presentes e institucionalizados em outros instrumentos de planejamento, como os Planos Plurianuais (PPA). Além disso, as diversas áreas do Órgão provavelmente devem se valer de indicadores próprios para o acompanhamento de suas respectivas Políticas. Deste modo, esses indicadores têm potencial para serem utilizados para fins da avaliação do Plano.

Avaliação de Implementação

Outro aspecto importante a ser observado na análise de uma política pública, e que repercute na capacidade de gerar valor público, é como a política está sendo implementada/executada. Uma das abordagens utilizadas na avaliação executiva é a análise da implementação, também conhecida como avaliação de processos. Esta

abordagem tem como alvo o processo de transformação dos insumos em produtos. Dois aspectos devem ser especialmente observados em análises deste tipo: se há uma entrega adequada de produtos; e, se esses produtos estão sendo dirigidos ao público elegível (focalização).

A análise da implementação está intimamente relacionada à análise do desenho da política. A questão fundamental nessa matéria, portanto, é avaliar se o que está prescrito no desenho, cuja manifestação se encontra nas disposições normativas, está sendo cumprido de forma adequada na execução.

Avaliação de Desenho

O próprio desenho da Política também deve passar por avaliações periódicas, conforme recomenda o Guia de Análise *Ex Post*. O aspecto essencial deste enfoque consiste (na perspectiva *ex post*) em confrontar o desenho originalmente planejado com a experiência prática da implementação – este aspecto explicita a relação inerente entre ambas as abordagens, desenho e implementação.

Outras Abordagens

Outros enfoques avaliativos, como análises de impacto ou de custo benefício, são mais apropriados para o estudo de políticas específicas, em que se requer maior aprofundamento e métodos quantitativos mais sofisticados. No entanto, há de se considerar que trazer para a análise a referência a estudos com abordagens diversas, como as desenvolvidas por instituições como o IPEA, por exemplo, enriqueceria e reforçaria os conteúdos das avaliações do Plano Estratégico.

O diagrama abaixo mostra de modo resumido o conjunto de abordagens para esta 1ª Avaliação do Plano Estratégico.



Assim, em termos sumários, a avaliação do Plano Estratégico diz respeito sobretudo ao desempenho do órgão naquilo que se propôs a executar/realizar no planejamento estratégico, considerando-se as mudanças no ambiente interno e externo. A abordagem que orientará a avaliação do Plano Estratégico do Ministério da Cidadania relaciona-se, portanto, a partir da análise de seus elementos constituintes, sobre a capacidade da Pasta de ofertar respostas efetivas às necessidades e demandas da sociedade, por meio da geração de valor público, materializado na melhora da qualidade de vida e inclusão social e econômica do cidadão.

Para responder às questões levantadas neste documento, a metodologia elaborada pela Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação, da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Governança (CGPA/SPOG), para a avaliação do Plano Estratégico do Ministério se desdobra nas seguintes etapas:

1ª Fase: Diagnóstico Situacional

SWOT do Plano e seu contexto

2ª Fase: Coleta de Dados segmentados por Objetivo Estratégico

Fontes: Relatório de Gestão, Prestações de Contas do Presidente da República, Sistema Governa (Casa Civil), Planos de Ação das Unidades do MC, Sistemas de Informação da SAGI, Monitoramento e Avaliação do PPA (SIOP), Acompanhamento das Ações Orçamentárias (SIOP), Sisprod (SPOG), Estudos e Pesquisas de Instituições Especializadas, dentre outros

3ª Fase Avaliação por Objetivo Estratégico - Questionário subsidiado por perguntas guia

Estruturado em 4 blocos, o questionário buscou coletar informações e reunir considerações das áreas finalísticas sobre o Desenho, Implementação, Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento e Resultados de cada Objetivo Estratégico.

As perguntas relacionadas ao Desenho, procuraram verificar:

- Se as demandas que originaram a formulação de determinada Política (e seu Objetivo Estratégico associado), conforme o desenho vigente, não se modificaram ao longo do ciclo avaliativo;
- Se no desenho estão apontados de forma clara e precisa os critérios de elegibilidade e priorização e se esses critérios são adequados para se atingir os que mais necessitam da Política (público alvo); e

- Se as hipóteses que embasaram a execução da Política estão alinhadas com a experiência da execução da Política; se esta corrobora a hipótese inicial prevista no modelo lógico (componentes do modelo lógico: insumos, processos, produtos, resultados, impactos).

No bloco de Implementação, as perguntas foram direcionadas para verificar:

- Se o que está prescrito no desenho/norma está sendo cumprido de forma adequada na execução, entendido como o processo de transformação de insumos em produtos;
- Se a focalização está adequada (entrega ao destinatário previsto no planejamento/desenho/norma). Caso não esteja adequada, quais as causas dos problemas. Aspectos adicionais a serem observados como a qualidade e a tempestividade da entrega;
- Como a execução orçamentária está relacionada aos processos internos e externos da Política; e
- Se as Políticas estão sendo divulgadas de forma adequada de modo que os agentes públicos e a própria sociedade possam acompanhar o desenvolvimento da Política e exercer os papéis de controle e fiscalização.

As perguntas do bloco de Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento buscaram verificar o grau de alinhamento entre o Objetivo Estratégico e:

- Os indicadores do PPA;
- A Estratégica Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (ENDES); e
- Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Por fim, o bloco de Resultados, caracterizado por questões abertas, questionou as áreas sobre:

- Existência de outros indicadores para mensurar o alcance do Objetivo Estratégico;
- Apresentação da evolução recente desses indicadores (exercícios de 2019 e 2020);
- Se esses indicadores medem com precisão os resultados da Política ao longo do ciclo avaliativo;
- Se os resultados previstos foram alcançados, integral ou parcialmente;
- Quais fatores contribuíram para o alcance ou não dos resultados esperados;
- e

- Quais melhorias, mudanças, ações seriam mais importantes para melhorar a performance da Política e assim contribuir para o alcance pleno do Objetivo Estratégico.

Ao todo, 11 áreas finalísticas preencheram 22 questionários entre os dias 29 de julho a 31 de agosto de 2020.

4ª Fase Análise e Consolidação da Avaliação

Produção de relatório

5ª Fase Reunião da RAE

Validação do Relatório pela RAE

Períodos avaliativos:

1º Ciclo: junho 2019 a junho 2020

2º Ciclo: junho 2020 a junho 2021

3º Ciclo: junho 2021 a junho 2022

4º Ciclo: junho 2022 a dezembro 2022

O presente Relatório, além da parte inicial composta pela Apresentação, Aspectos Gerais e Descrição da Metodologia, é composto por uma parte analítica acerca do diagnóstico situacional do Plano Estratégico, elaborada a partir da metodologia análise SWOT, e por outra parte propositiva com recomendações acerca de pontos que merecem atenção quanto à necessidade de alterações e ajustes, elaborada a partir das informações coletadas ao longo das fases dois e três.

ANÁLISE SITUACIONAL DO 1º CICLO

O diagnóstico consiste em examinar o Plano Estratégico frente aos diversos aspectos da realidade e das demandas da sociedade que se originam dessa realidade, de modo a alinhá-lo ao contexto em que está inserido. Para tal, a ferramenta utilizada foi a Análise SWOT, que permite um olhar abrangente dos ambientes internos e externos e seus possíveis impactos no Plano.

Considerações sobre a Atual Conjuntura

O evento da pandemia ainda é, no segundo semestre de 2020, o elemento central que orienta as prioridades do Ministério da Cidadania, o que significa que as atenções permanecem voltadas para medidas de apoio à população no enfrentamento às suas consequências sociais.

Contudo, as pautas prioritárias que se seguirão tendem a convergir, à medida que se avance na superação desse cenário, para o contexto da retomada da atividade econômica e da reinserção social da população afetada pela queda da renda. As estimativas quanto ao índice de crescimento econômico apontam para uma recuperação lenta da economia, o que afeta a área social especialmente no que diz respeito à questão do emprego. Assim, o reforço da proteção social para um público mais amplo, cuja marca neste período é o auxílio emergencial mensal que beneficia mais de 50 milhões de pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade devido aos efeitos econômicos da pandemia, deverá continuar a nortear as iniciativas adotadas pelo Ministério. Esse contexto impulsiona a reformulação do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família, a fim de que se tornem mais efetivos como instrumentos para a superação da pobreza.

A inclusão produtiva é uma das soluções para se promover o crescimento da renda desse público, e também movimentar a economia. Programas em funcionamento no Ministério voltados para a inclusão produtiva rural e urbana, como o Progredir, a Economia Solidária e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), têm potencial para avançarem no estabelecimento de sinergias com as ações de transferência de renda e outras formas de proteção social. Capacitação, qualificação profissional e acesso ao microcrédito são importantes instrumentos para fomentar a recuperação econômica e minimizar os efeitos do desemprego nas áreas urbanas. Já a compra de alimentos da agricultura familiar movimenta esse segmento ao tempo que provê segurança alimentar aos mais pobres.

Novas iniciativas como o Brasil em Campo, que consiste na implantação de núcleos poliesportivos em todo território nacional, baseada em padrão construtivo único e de baixo custo, além trazer benefícios aos futuros usuários, geram emprego e ajudam a promover desenvolvimento econômico sustentável.

A construção de cisternas para captação de água da chuva é outro programa prioritário do Ministério, com ênfase no acesso à água para consumo humano nas escolas rurais. A estratégia de implantação está sendo revista, de modo que sejam admissíveis ao Programa novas formas de contratação e o uso de outros materiais, para assim possibilitar mais celeridade e ampliação das entregas.

Com o público beneficiário das políticas sociais ampliado, obter informações precisas sobre o mesmo é um desafio fundamental para melhorar a focalização e trazer resultados mais efetivos. Nesse sentido, se faz necessário ampliar e aperfeiçoar o Cadastro Único para a captação das informações, o que contribuirá para o desenvolvimento de políticas adequadas e bem direcionadas a um segmento formado principalmente por trabalhadores informais, cujos dados não constavam de nenhum registro administrativo do Governo até o primeiro trimestre de 2020.

Também afetado diretamente pela pandemia, o esporte de alto rendimento vem sofrendo com suspensões generalizados de eventos esportivos, inclusive os Jogos Olímpicos de Tóquio, que foi adiado de 2020 para 2021. Isso significa que, a princípio, todo o planejamento envolvendo a participação brasileira nesse evento deverá ser estendido para o próximo exercício, mas a partir de agora com um cenário fiscal diverso do anterior à pandemia.

Há de se destacar que, de modo geral, a crise atual acarretará mais demandas, notadamente na área da assistência social, à medida que afeta toda a população, mas de forma mais incisiva os mais pobres. O cuidado, a proteção e a reinserção social da população idosa, com o isolamento social, é um desafio que se coloca para as políticas de assistência social. As crianças e jovens afastados das escolas e das atividades físicas certamente irão demandar mais atenção por parte dos programas assistenciais e esportivos – elevação da evasão escolar e do trabalho infantil são alguns riscos. Um aumento no uso de drogas é outra questão que deve ser considerada como uma possível decorrência da pandemia e do eventual agravamento da situação econômica e social.

Para além do contexto da pandemia, é importante salientar que a agenda da primeira infância, na qual o Ministério é um dos principais protagonistas, foi estabelecida como prioridade no Plano Plurianual (PPA) 2020-2023. Essa temática, de natureza marcadamente multissetorial, é fundamental para o desenvolvimento do país no longo prazo. No Ministério, o Programa Criança Feliz vem sendo ampliado de forma consistente desde a sua criação. O financiamento da educação infantil para a população beneficiária do Programa Bolsa Família (creches) está passando por adaptações com vistas a elevar o acesso a creches por esse público, beneficiando crianças e suas famílias. Ademais, o cuidado da primeira infância também se faz presente de maneira transversal em outros programas do Ministério.

Enfim, a conjuntura atual ainda guarda algumas incertezas quanto à sua profundidade e duração e também ao caráter das medidas a serem adotadas em prol da recuperação da atividade econômica e do equilíbrio fiscal.

ANÁLISE SWOT DO MINISTÉRIO	
Ambiente Interno – Forças do Ministério	
<ul style="list-style-type: none"> • Expertise na condução de políticas sociais para públicos amplos e diversificadas (experiência institucional acumulada); • Pessoal capacitado e com experiência para fazer frente a desafios complexos; • Meios tecnológicos adequados; • Informações sobre grande parte da população brasileira nos bancos de dados do Ministério, especialmente no Cadastro Único, o que possibilita o desenho e a execução de políticas sociais direcionadas a um público amplo e também uma melhor focalização; • Experiência em parcerias com agentes públicos para a execução de programas sociais, tais como Caixa, INSS, Dataprev, Sistema S; • Campo de atuação da Pasta mais restrito após a saída da Cultura, o que favorece a concentração de esforços; • A renovação no quadro de colaboradores ocupantes de postos chave, o que traz para o Ministério novas ideias e experiências. 	
Ambiente Interno – Fraquezas do Ministério	

- Mudanças frequentes no quadro de colaboradores em algumas secretarias;
- Algumas áreas de atuação da Pasta ainda carecem de melhor estruturação;
- Novos setores em processo de formação, o que exige tempo de adaptação;
- Incipiência de parcerias junto ao setor privado.

Ambiente Externo – Oportunidades ao Ministério

- Reconhecimento pela sociedade que proporciona uma visibilidade inédita acerca da atuação do Ministério, principalmente devido ao seu protagonismo nas medidas de combate aos efeitos do Covid-19;
- Alavancagem e reformulação de políticas que estavam em situação de impasse ou estagnação;
- Transferência da Cultura proporciona um esforço mais focado do Órgão;
- Necessidade de superação do impacto social da crise promove um ambiente favorável à articulação entre Pastas; nesse contexto, o Ministério, em razão de suas diversas interfaces com as demais políticas sociais, deverá ter um papel de destaque;
- Condução de políticas de forte impacto social, que atendem a um público potencialmente muito numeroso, deverá elevar a relevância da Pasta no contexto das próximas eleições presidenciais;
- Avanços institucionais, teletrabalho, novas ferramentas tecnológicas e outras inovações poderão aumentar a produtividade e melhorar o resultado das políticas conduzidas pela Pasta.

Ambiente Externo – Ameaças ao Ministério

- A tendência de maior austeridade fiscal, o que potencialmente significa menos recursos, poderá prejudicar o andamento das políticas do Ministério se não houver soluções inovadoras e melhoria na eficiência do gasto;
- Incerteza quanto à duração da pandemia e dos seus efeitos;
- Impasses do Poder Executivo com os demais Poderes, o que eventualmente prejudicaria a tramitação/aprovação de normas necessárias para a condução das políticas geridas pela Pasta;
- Crise financeira de estados e municípios, que prejudicam os programas que se desenvolvem de forma articulada e são financiados de modo conjunto;
- Falhas operacionais no processo de pagamento do auxílio emergencial e eventualmente de outros benefícios, ainda que não sejam atividades de

responsabilidade do Ministério, repercutem negativamente na imagem da Pasta.

Também para subsidiar o processo de revisão do Plano Estratégico, apresenta-se em seguida um diagnóstico do cenário atual do Plano elaborado por esta CGPA/SPOG, também por meio da análise SWOT.

ANÁLISE SWOT DO PLANO ESTRATÉGICO
Ambiente Interno – Forças do Plano Estratégico
<ul style="list-style-type: none">• Metodologia consolidada e bem documentada;• Alinhamento do Plano com demais instrumentos de planejamento (PPA e ENDES);• Boa interlocução da CGPA/SPOG com as áreas finalísticas do órgão;• Processo de construção com ampla participação das áreas finalísticas;• Sinergia entre as áreas de planejamento e orçamento;• Plano Estratégico formalizado em portaria e disponível na intranet.
Ambiente Interno – Fraquezas do Plano Estratégico
<ul style="list-style-type: none">• Metas pouco mensuráveis;• Ausência de metas para os objetivos de suporte;• Plano de Ação incompleto;• RAE ainda não se encontra em funcionamento pleno, o que dificulta o andamento dos processos;• Ausência de sistema integrado de monitoramento do PE;• Comunicação interna e externa: ausência de transparência ativa e plano de comunicação não implementado.
Ambiente Externo – Oportunidades ao Plano Estratégico
<ul style="list-style-type: none">• Apoio do Ministério da Economia na gestão Estratégica (TransformaGov e possibilidade de benchmarking);• Ampliação da utilização de ferramentas colaborativas de TIC no ambiente de trabalho;

- Possibilidade de melhor focalização de esforços e políticas com a saída da cultura.

Ambiente Externo – Ameaças ao Plano Estratégico

- Falta de previsibilidade em decorrência da pandemia COVID 19;
- A pandemia e seus desdobramentos exigem da instituição uma focalização demasiada no curto prazo;
- Contexto fiscal restritivo.

Dados e Informações para Análise por Objetivo Estratégico

A 2ª Fase da avaliação visa informar sobre os elementos que direta ou indiretamente estão relacionados aos objetivos e situá-lo em um contexto mais amplo. Busca-se assim fontes de dados e informações relacionados aos respectivos objetivos de modo a trazer elementos que possam enriquecer e trazer maior robustez à avaliação.

O Plano Estratégico dialoga com diversos instrumentos de planejamento, produzidos interna e externamente ao Ministério, com diferentes níveis de agregação. Entre eles, o Plano Plurianual e também o Orçamento, que podem ser considerados peça de planejamento de curto prazo, assim como no outro extremo, ao plano de alcance global e de longo prazo, que são os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável, também conhecido como Agenda 2030. Nesse contexto, cabe citar também os planos próprios das unidades do Ministério e os planos setoriais, nacionais e outros que trazem um amplo espectro de informações que são úteis no acompanhamento do Plano Estratégico. Vale destacar que o Decreto nº 10.321, de 15 de abril de 2020, que regulamenta a Lei que institui o Plano Plurianual da União para o período 2020 a 2023 (Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019), estabelece que os planos estratégicos institucionais devem estabelecer alinhamento com o PPA. Nesse sentido, este tópico visa apresentar uma amostra das correlações do plano estratégico com esses demais instrumentos.

Além disso, resalta-se também as bases normativas de sentido mais amplo (basicamente leis e decretos) que regem as políticas relacionadas a cada objetivo – pois nelas que se encontram, em linhas gerais, os desenhos dessas políticas, um dos focos desta avaliação.

Por fim, também é importante enfatizar a existência de um rico material produzido em estudos e pesquisas originários de diversas instituições, inclusive do próprio Ministério, por meio da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), sobre as diversas políticas desenvolvidas pelo Órgão – neste tópico estão relacionados alguns deles, assim como os

dados valiosos disponíveis nos sistemas de informação do Ministério e do Governo Federal que viabilizam o monitoramento tempestivo e a avaliação precisa.

Ato contínuo, a 3ª fase de Avaliação por Objetivo Estratégico foi estruturada em questionário subsidiado por perguntas guia respondidas por todas as áreas finalísticas do Ministério, conforme a sua participação no objetivo estratégico avaliado. Esse questionário é importante por permitir melhor compreensão qualitativa acerca da gestão estratégica e das percepções das áreas técnicas sobre o desempenho do Ministério naquilo que se propôs a executar/realizar no planejamento estratégico, principalmente na geração de valor público associado ao objetivo estratégico. Para cada objetivo estratégico realizou-se uma análise descritiva do informado pelas áreas que contribuíram em alguma medida para o objetivo.

Por fim, a partir das informações obtidas nas fases 2 e 3 da metodologia, realizou-se considerações e recomendações para cada objetivo estratégico, considerando aspectos do desenho, implementação e resultados.

Objetivo 1.1. Fortalecer os mecanismos e programas de atenção à primeira infância

Legislação Básica

- Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016 - Marco Legal da Primeira Infância;
- Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente;
- Lei nº 12.722, de 3 de outubro de 2012 - Altera as Leis nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, e nº 11.977, de 7 de julho de 2009; dispõe sobre o apoio financeiro da União aos Municípios e ao Distrito Federal para ampliação da oferta da educação infantil;
- Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007 – Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB;
- Decreto nº 8.869, de 5 de outubro de 2016 - Institui o Programa Criança Feliz;
- Decreto nº 9.855, de 25 de junho de 2019 - Dispõe sobre o Comitê Gestor do Programa Criança Feliz;
- Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007 - Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, regulamenta a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007;
- Portaria Interministerial nº 1, de 4 de abril de 2018 - Estabelece diretrizes, objetivos e competências para a promoção da intersetorialidade, no âmbito do Programa Criança Feliz e dá outras providências

Correspondência do Objetivo no Plano Plurianual e Outros Instrumentos de Planejamento

- PPA 2020-2023 – Programa 5024 - Atenção Integral à Primeira Infância
 - Resultado Intermediário 0127 - Ampliação do número de crianças e gestantes acompanhadas pelo Programa Criança Feliz
 - Indicador - Número de crianças e gestantes de famílias beneficiárias do Bolsa Família/BPC acompanhadas pelo Programa Criança Feliz
 - Linha de Base (31/12/2019) - 554.000
 - Meta prevista para 2020 – 700.000
- PPA 2020-2023 – Programa 5024 - Atenção Integral à Primeira Infância
 - Resultado Intermediário 0128 - Ampliação do número de municípios participantes do Programa Criança Feliz
 - Indicador - Número de municípios participantes do Programa Criança Feliz
 - Linha de Base (31/12/2019) - 2.787
 - Meta prevista para 2020 – 2.900
- PPA 2020-2023 – Programa 5031 - Proteção Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)
 - Resultado Intermediário 0139 - Ampliação cobertura dos serviços e programas referenciados nos CRAS
 - Indicador - Taxa de cobertura de famílias em situação de vulnerabilidade e risco social por serviços e programas de assistência social referenciados nos CRAS
 - Linha de Base (31/12/2018) - 82,5
 - Meta prevista para 2020 – 82,5
 - Resultado Intermediário 0140 - Ampliação cobertura dos serviços e programas referenciados nos CREAS
 - Indicador - Taxa de cobertura de famílias em situação de vulnerabilidade e risco social por serviços e programas de assistência social referenciados nos CREAS
 - Linha de Base (31/12/2018) – 84,4
 - Meta prevista para 2020 – 84,4
- Monitoramento PPA 2016-2019 – Ano Base 2019:
 - Meta: 04HW - Fomentar o acesso à creche de crianças de 0 a 48 meses beneficiárias do Programa Bolsa Família
 - Quantidade alcançada: 1.488.628 crianças de 0 a 48 meses beneficiárias do PBF
 - Data de Referência: 31/12/2019
 - Classificação da Meta: Meta prevista ao final do PPA não declarada
 - Detalhamento das justificativas: houve redução por parte do Governo Federal em investir nesta ação. Os recursos que já foram próximos a R\$ 1 bilhão de reais, ficaram pouco

acima de R\$ 7 milhões em 2019. Por este motivo, os municípios não priorizam mais as crianças do Programa Bolsa Família, BPC ou com deficiência nas matrículas.

- Endes:
 - Eixo 5: Social
- ODS:
 - Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
 - Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
 - Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
 - Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.

Correspondência na Programação Orçamentária do Ministério

- Programa 5024 - Atenção Integral à Primeira Infância
 - Ação 217M - Desenvolvimento Integral na Primeira Infância - Criança Feliz
 - Ação 20TR - Apoio Financeiro Suplementar à Manutenção da Educação Infantil
- Programa 5031 – Proteção Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)
 - Neste Programa, assim como em outros conduzidos pelo Ministério, como Bolsa Família, Segurança Alimentar e Nutricional e Esporte, não há um recorte específico para o público da primeira infância, apesar deste se encontrar implicitamente no rol de beneficiários

Dados acerca do Alcance do Objetivo Apresentado em Informes e Documentos Oficiais

- O Programa Criança Feliz atingiu ao final de 2019 a marca de 26 milhões de visitas domiciliares em todo o Brasil, atendendo 869 mil pessoas do seu público alvo, composto por crianças de até três anos inscritos no Cadastro Único e de até seis anos para as crianças de famílias que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e gestantes de todo o país. Concorrendo com aproximadamente 480 projetos, o programa venceu a última edição do prêmio WISE Awards da Cúpula Mundial de Inovação para a Educação.

Fonte: Relatório de Gestão 2019

- Programa Criança Feliz 2019
 - 710.207 crianças e 147.014 gestantes visitadas
 - 3.035 supervisores e visitantes cadastrados
 - 274 novos municípios aderiram ao Programa
 - 38.950 indivíduos a serem beneficiados

Fonte: Relatório de Gestão 2019

- Catorze municípios de seis estados da federação aderiram ao Criança Feliz entre os meses de março de abril deste ano. Agora, são 2.941 cidades que recebem verba do Governo Federal para realizar os atendimentos promovidos pelo Criança Feliz.

Fonte: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/novos-municipios-aderem-ao-programa-crianca-feliz-do-governo-federal>

Principais Órgãos Envolvidos com a Temática (Aspecto Transversal)

- Ministérios da Educação; Saúde; Mulher, Família e Direitos Humanos; Justiça; Cultura

Estudos e Pesquisas Relacionados ao Tema

- Avaliação de Implementação do Programa Criança Feliz 2019 (SAGI/MC – Brasília-2019)
- Estudo de Linha de Base da Avaliação de Impacto do Programa Criança Feliz (Caderno de Estudos nº 35 - SAGI/MC – Brasília-2020)
- Programa Criança Feliz: a importância do investimento na primeira infância para o desenvolvimento humano (Caderno de Estudos nº 33 - SAGI/MC – Brasília-2019)

Autoavaliação - Análise Descritiva dos Formulários

Do ponto de vista do Desenho do Objetivo 1.1, as respostas apontaram para uma avaliação positiva dos aspectos basilares e da consistência do desenho originalmente planejado para a agenda da primeira infância. Para a Secretaria Nacional de Atenção à Primeira Infância (SNAPI), que é a unidade que gere a política estritamente associada ao Objetivo, “as demandas da sociedade as quais estão relacionadas ao fortalecimento dos mecanismos e programas de atenção à primeira infância não sofreram grandes alterações desde o seu desenho inicial, no caso, relacionado ao Programa Criança Feliz”.

A avaliação geral para a implementação do objetivo mostra um predomínio de perspectivas positivas, como entregas adequadas ao público alvo e coerência entre o planejado e executado, com perspectivas que merecem reflexão mais aprofundada, e também a boa transparência ativa da agenda, especialmente para divulgação dos objetivos, das metas e dos resultados, mas, principalmente, acerca da questão de alocação de recursos eficientes e adequados ao proposto no objetivo estratégico. Para a SNAPI, a qualidade da implementação “vem sendo aprimorada através de parcerias,

capacitação e formações contínua dos envolvidos, bem como criação de ferramentas para avaliação e monitoramento". A Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas (SENAPRED), naquilo que lhe compete nessa temática, ressaltou que, devido ao cenário da pandemia do COVID-19, "muitos projetos foram interrompidos". A suspensão de alguns projetos está associada também à questão da alocação de recursos. O Edital 17/2019 da SENAPRED, que prevê a contratação de novas vagas em Comunidades Terapêuticas, dando preferência a mães nutrizes que necessitam de tratamento da dependência química, está sem previsão orçamentária.

Para a SNAPI e SENAPRED, o objetivo estratégico está alinhado a outros instrumentos de planejamento, como o Plano Plurianual da União 2020-2023, a Estratégica Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (ENDES) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. No PPA 2020-2023, além de dispor de um Programa específico para a temática, o Programa 5024 – Atenção Integral à Primeira Infância, a Lei nº 13.971/2019, que instituiu o PPA 2020-2023 assegurou que o conjunto de ações governamentais voltadas ao atendimento da primeira infância possuiriam caráter prioritário durante a vigência do Plano, tendo, assim, antecedência na programação e na execução orçamentária. A agenda da primeira infância também é contemplada no Eixo Social da ENDES e no ODS 03.

Por fim, tanto a SNAPI quanto a SENAPRED consideram que os resultados previstos para o período avaliativo foram alcançados parcialmente. Os fatores que dificultaram o pleno alcance dos resultados esperados estão associados à pandemia do COVID-19 e o fato de a agenda ser uma política relativamente recente. Se por um lado a SENAPRED ainda não tem indicador específico para a mensuração do número de mães nutrizes em tratamento em Comunidades Terapêuticas, a SNAPI apresentou dois indicadores já desenhados que fazem referência ao número de crianças e gestantes acompanhadas e ao número de municípios participantes do Programa Criança Feliz. A coleta e o tratamento desses dados requerem certo tempo e estruturação, o que pode prejudicar a divulgação tempestiva dos resultados. Na perspectiva da SENAPRED, as mudanças e os ajustes para promover melhorias estariam relacionados com "maior integração entre as políticas". Já a SNAPI, considera que as melhorias estariam associadas ao "maior investimento público nas políticas voltadas para a primeira infância, nas tecnologias envolvidas, na capacitação, na formação dos agentes públicos, implementação de ações intersetoriais e difusão do conhecimento e objetivos do desenvolvimento integral da criança e suas famílias".

AVALIAÇÃO GERAL DE ALCANCE DO VALOR PÚBLICO PELO OBJETIVO 1.1 - Respostas do Questionário -					
	Não	Pouco	Parcialmente	Grande Parte	Totalmente
Total	0	0	3	9	8

Análise CGPA/SPOG

Este objetivo está relacionado principalmente ao Marco Legal da Primeira Infância e ao Programa Criança Feliz, estabelecidos em 2016. Trata-se, portanto, de uma política relativamente recente e que dispõe de um aparato normativo robusto, reforçado também por elementos do Estatuto da Criança e do Adolescente e da Política de Educação Infantil. O desenho dessa política, representada pelo **Objetivo Estratégico 1.1** ("Fortalecer os mecanismos e programas de atenção à primeira infância"), não sofreu grandes alterações desde aquele ano, permanecendo, assim, coerente e consistente com a gestão estratégica do Ministério e com as demandas da sociedade.

A implementação apresenta avaliação positiva, com entregas adequadas ao público alvo e coerência entre o planejado e executado, especialmente com relação à focalização do Programa Criança Feliz. Contudo, foi identificado que, no contexto da pandemia do COVID-19, algumas especificidades da implementação relacionados aos insumos, especialmente para mães nutrizes em Comunidades Terapêuticas e para o atendimento de crianças com deficiência nos serviços socioassistenciais, precisam ser redimensionadas e ajustadas.

O cotejo das informações do Relatório de Gestão 2019 com os dados do PPA indicam bom andamento do Programa Criança Feliz, dado que em 2019 já houve o alcance de metas relacionadas no PPA ao ano de 2020, correspondentes ao número de crianças e gestantes atendidas. Ademais, a SNAPI informa que o alcance foi quase integral no que tange às seguintes entregas: a) adesão de novos municípios; b) quantidade de profissionais capacitados; c) montante de recursos repassados aos municípios; e d) número de equipes ativas no Programa. Ainda assim, a área informa que o contingenciamento de dotações orçamentárias gerou impactos para a expansão do programa. Ademais, cabe destacar a postura positiva da área em atuar no sentido de construir indicadores mais aderentes à realidade da política. Uma possibilidade que está sendo considerada pela unidade é o aprimoramento da implementação do programa pelo uso de tecnologias digitais.

O objetivo 1.1 também envolve parte das políticas desenvolvidas pela SENAPRED, dirigidas às mães nutrizes acolhidas nas Comunidades Terapêuticas. Contudo, a Secretaria aponta a necessidade de ajustes pontuais na caracterização da demanda e no dimensionamento

deste público-alvo, que, conforme normativo da SENAPRED, é considerado preferencial no âmbito das Comunidades Terapêuticas. Assim, para além das informações acerca do número de vagas e atendimentos realizados, informações já captadas à contento pela SENAPRED, a unidade, conforme reconhecido no questionário avaliativo, sinaliza que deve adotar medidas para identificar as mães nutrizes atendidas no âmbito de Comunidades Terapêuticas, e também para integrá-las ao Programa Criança Feliz (PCF). Com relação a esse ponto, seria positivo também que a unidade estabelecesse um indicador para acompanhamento da evolução da meta contida no Objetivo 1, que considerasse ambas as situações: número de mães nutrizes atendidas e quantas delas foram incorporadas ao PCF.

É importante destacar que, apesar de o carro chefe deste Objetivo Estratégico ser atualmente o Programa Criança Feliz, existe uma gama variada de políticas voltadas para esse público, dentro e fora do Ministério. Um exemplo disso é o financiamento de creches para o público do Bolsa Família, cujas dotações se reduziram sobremaneira nos últimos anos, o qual está passando por um processo de reformulação e que deverá ter novamente um papel de destaque no âmbito da política do Ministério com o intuito de ampliar a oferta de vagas na educação infantil.

Por fim, é necessário ressaltar que o PPA 2020-2023 declara essa política como prioritária e preferencial na obtenção de recursos durante o período de vigência do Plano (Lei n. 13.971, de 27 de dezembro de 2020, art. 10, parágrafo único). Nesse sentido, é crucial para o sucesso das políticas voltadas para a primeira infância a ênfase no aspecto transversal do tema por meio do estabelecimento e fortalecimento de articulações e parcerias entre os diversos atores que atuam nessa matéria – este se mostra um caminho necessário para que se possa alcançar o Objetivo 1.1.

Objetivo 1.2 Promover a inclusão produtiva para pessoas em situação de vulnerabilidade social

Legislação Básica

- Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011 - Institui o Programa de Fomento às Atividades Produtivas de Pequeno Porte Urbana para beneficiar os inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal que exerçam atividade produtiva de pequeno porte formalizada, na qualidade de Microempreendedor Individual – MEI

- Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018 - Dispõe sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO)
- Decreto nº 9.160, de 26 de setembro de 2017 - Institui o Plano ProgreDir
- Decreto nº 10.149, de 2 de dezembro de 2019 - Altera o Decreto nº 9.160, de 26 de setembro de 2017, para dispor sobre o Grupo Gestor do Plano ProgreDir;
- Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 - Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências;
- [Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019](#) - Extingue o Ministério do Trabalho e a antiga Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), que tiveram as respectivas atribuições transferidas para o Ministério da Cidadania.
- Decreto nº 7.357, de 17 de novembro de 2010 - Dispõe sobre o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares – PRONINC

Correspondência do Objetivo no Plano Plurianual e Outros Instrumentos de Planejamento

- PPA 2020-2023 – Programa 5027 – Inclusão Produtiva de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social
 - Resultado Intermediário 0134 - Ampliação do número de pessoas inscritas no Cadastro Único beneficiadas com ações de inclusão produtiva no âmbito do Plano ProgreDir
 - Indicador - Número de pessoas inscritas no Cadastro Único beneficiadas com ações de inclusão produtiva no âmbito do Plano ProgreDir
 - Meta prevista para 2020 – 1.400
 - Resultado Intermediário 0135 - Ampliação do número de empreendimentos de economia solidária, associativismo e cooperativismo que promovam a inclusão produtiva de pessoas inscritas no Cadastro Único apoiados
 - Indicador - Número de empreendimentos de economia solidária, associativismo e cooperativismo apoiados por ações desenvolvidas pelo Ministério da Cidadania
 - Meta prevista para 2020 – 50
- PPA 2020-2023 – Programa 5029 – Produção de Dados e Conhecimento para o Aprimoramento de Políticas Públicas
 - Resultado Intermediário 0138 - Ampliação do índice de informações atualizadas das famílias de baixa renda no Cadastro Único
 - Indicador - Taxa de atualização cadastral dos municípios brasileiros
 - Linha de Base (31/12/2019) - 83
 - Meta prevista para 2020 – 84
- Monitoramento PPA 2016-2019 – Ano Base 2019:

- Indicador: Taxa de Atualização Cadastral
 - Valor aferido: 83,83
 - Data do índice: 14/12/2019
- Indicador: Taxa de Empreendimentos Solidários Apoiados
 - Valor aferido: 8,2276
 - Data do índice: 31/12/2019
- Meta: 04OF - Promover a formação de 140 mil pessoas em economia solidária contemplando as necessidades dos Empreendimentos Econômicos Solidários, entidades de apoio e fomento e gestores públicos
 - Quantidade alcançada: 44.113 beneficiários
 - Data de Referência: 31/12/2019
 - Classificação da Meta: Meta não alcançada
- Meta: 04I5 - Aperfeiçoar os instrumentos de coleta e acesso aos dados do Cadastro Único
 - Análise Situacional da Meta: O aperfeiçoamento dos instrumentos de coleta e acesso aos dados do Cadastro Único é um processo contínuo. Em relação ao Sistema de Cadastro Único, em 2019, foram implementadas diversas melhorias, dentre as quais se destacam:
 - Alteração da tela de buscar família, com a possibilidade de busca por código familiar, NIS e CPF;
 - Melhorias no histórico do sistema visando otimizar a localização de informações da família ou da pessoa. Além do registro do endereço de internet (IP) para cada operação realizada;
 - Novo motivo de exclusão para casos em que tenha sido confirmada fraude de cadastramento. Além disso, iniciou-se a discussão da revisão dos formulários do Cadastro Único visando o aperfeiçoamento da coleta dos dados das famílias, com reuniões internas e em parceria com o IPEA, notadamente em relação aos dados de trabalho e renda.
 - Outra mudança significativa foi a implementação da nova versão do Sistema de Atendimento e Solicitação de Formulários - SASF, que permite maior controle sobre a disponibilização de formulários do Cadastro Único aos municípios. Para utilizar a nova versão do sistema, é necessário que os gestores municipais se planejem semestralmente. Além disso, as solicitações passam a ser analisadas de acordo com o número de famílias e pessoas cadastradas no município.
 - Quanto ao acesso aos dados do Cadastro Único podemos destacar a inclusão do Termo de Compromisso e Manutenção do Sigilo na ferramenta

CECAD desenvolvida pela SAGI. Com essa alteração o usuário do CECAD para acessar dados identificados da família precisa se comprometer com o sigilo e uso adequado das informações do Cadastro Único para Programas Sociais, em conformidade com a Política de Controle de Acesso aos Dados do Cadastro Único (PCA), instituída pela Portaria nº 502, de 29 de novembro de 2017.

- Classificação da Meta: Meta alcançada

- Endes:

- Eixo 5: Social
- Eixo: Econômico

- ODS:

- Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
- Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
- Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;
- Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.

Correspondência na Programação Orçamentária do Ministério

- Programa 5027 – Inclusão Produtiva de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social
 - Ação 20GG - Promoção da Inclusão Produtiva de Famílias em Situação de Pobreza
 - Ação 215F - Fomento e Fortalecimento da Economia Solidária
- Programa 5032 – Rede de Suporte Social ao Dependente Químico: Cuidados, Prevenção e Reinserção Social
 - Ação 20R9 - Prevenção de Uso de Drogas, Cuidados e Reinserção Social de Pessoas e Famílias que têm Problemas com Álcool e Outras Drogas
 - OBS: Neste Programa, assim como em outros conduzidos pelo Ministério, não há ação com recorte específico para a inclusão produtiva, mas esta é uma das soluções consideradas no Programa para a superação da dependência química.

Dados acerca do Alcance do Objetivo Apresentado em Informes e Documentos Oficiais

- Plano Progredir 2019
 - Portal Progredir – o número de usuários do portal dobrou, chegando a 110.923 pessoas ao final de 2019
 - 814 instituições parceiras (público e privado)

- 203 cursos presenciais, representando 13.354 novas vagas, além de 157 cursos à distância, sem limite de vagas
- Foram encaminhados os cadastros de 18.099 pessoas que manifestaram interesse em microcrédito
- 62 projetos de tecnologia social com ações em 153 municípios (20 estados)

Fonte: Relatório de Gestão 2019

- Cadastro Único 2019:

- 28,9 milhões de famílias cadastradas
- 76,4 milhões de pessoas cadastradas
- 18,7 milhões de famílias atualizadas
- 1,4 milhão de famílias incluídas ou atualizadas por mês
- 3 milhões de famílias cadastradas no público do GPTE
- 25 programas em parcerias com outros órgãos federais

Fonte: Relatório de Gestão 2019

- A expectativa para 2020 está diretamente associada ao objetivo estratégico do Ministério de aprimorar as políticas públicas por meio da produção e gestão de conhecimento e ao programa específico do PPA 2020-2023, coordenado pela SECAD, para produção de dados e conhecimento para o aprimoramento de políticas públicas.

Fonte: Relatório de Gestão 2019

Principais Órgãos Envolvidos com a Temática (Aspecto Transversal)

- Ministérios da Economia; Educação

Estudos e Pesquisas Relacionados ao Tema

- Políticas Sociais - acompanhamento e análise nº 27, Notas de Política Social (IPEA – Brasília-2020)
- Avaliação da implementação da Política Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (Caderno de Estudos nº 34 - SAGI/MC – Brasília-2019)
- Plano Progredir: enfrentando a desigualdade pela inclusão produtiva (Caderno de Estudos nº 33 - SAGI/MC – Brasília-2019)
- A Política de Economia Solidária no Ciclo Orçamentário Nacional (2004-2018): inserção, expansão e crise de paradigma (TD 2434 – IPEA – Rio de Janeiro-2018)
- Uma Avaliação de Impacto de um Programa de Qualificação Profissional na Empresa sobre a Inserção dos Jovens no Mercado de Trabalho Formal

Autoavaliação - Análise Descritiva dos Formulários

O Objetivo 1.2 está correlacionado basicamente às políticas conduzidas pela Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva (SEISP). O dimensionamento do seu público potencial, composto essencialmente por pessoas inseridas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo federal (Cadastro Único), é de responsabilidade da Secretaria Nacional do Cadastro Único (SECAD). A inclusão produtiva é um tema de cunho transversal, que serve de instrumento auxiliar para o desenvolvimento de outras políticas, como a de prevenção às drogas, gerida pela Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas (SENAPRED). As avaliações feitas pela SEISP e pela SENAPRED em relação ao Desenho das políticas vinculadas ao Objetivo foram divergentes em alguns aspectos, o que se deve ao escopo bastante diverso conforme a perspectiva de cada uma das Secretarias. Apesar de ambas considerarem que as demandas da sociedade às quais o Objetivo Estratégico visa atender estão bem caracterizadas, diferem quanto à caracterização do público ao qual se dirige a Política. Para a SEISP, “é possível identificar claramente as demandas que originaram o objetivo estratégico”, uma vez que consideram que “a demanda não se modificou” durante o ciclo avaliativo. Contudo, ressaltam a necessidade de caracterizar melhor o público alvo, por meio de definição de “critérios de elegibilidade e prioridade”. Segundo a SEISP, durante o ciclo avaliativo, houve falhas de “direcionamento do objetivo para públicos específicos dentro do próprio público-alvo com estratégias diversas”. Por sua vez, a SENAPRED considera que foi direcionada de forma precisa a caracterização da demanda e do público-alvo do objetivo, uma vez que “os programas de inclusão produtiva a que a SENAPRED planeja aplicar aos dependentes químicos em tratamento em Comunidades Terapêuticas (...) num primeiro momento a atenção volta-se a recuperação do dependente e posteriormente a sua profissionalização”. Por fim, sobre o modelo lógico e indicadores, enquanto a SEISP se encontra, em colaboração com o Laboratório de Inovação da ENAP, em processo de “construção de um modelo lógico para a política de inclusão produtiva”, para identificação de atores, processos, insumos, produtos, resultados e impactos, a SENAPRED, com a instituição da Nova Política Nacional sobre Drogas (Decreto nº 9.761, de 11 de abril de 2019), apresenta um modelo lógico embasado na definição de “diretrizes para reinserção social do dependente químicos em tratamento em Comunidades Terapêuticas”.

A avaliação geral para a implementação do objetivo trouxe um ponto importante e atual. Para a SENAPRED as entregas são dirigidas ao público elegível, a alocação de recursos é eficiente e a divulgação dos resultados é transparente, mas devido ao cenário de pandemia do COVID-19, "muitos contratos foram interrompidos". Para a SEISP, o direcionamento das entregas para o público elegível foi realizado em grande parte, mas ressalta que ainda há necessidade de "promover metas que sejam mais direcionadas a características específicas dos diferentes públicos existentes". A SEISP ressalta que "no espectro do público vulnerável, há mais urgência e prioridade no público jovem, mães jovens com filhos, deficientes, egressos do sistema prisional, medidas socioeducativas ou de pessoas oriundas de programas de reinserção social promovidos por Comunidades Terapêuticas". Acerca de aspectos da alocação de recursos e sua influência na implementação do objetivo, a SEISP considera que a "baixa dotação orçamentária para a política de inclusão produtiva em meio urbano determina iniciativas sem escala no território nacional e ampliam as dificuldades para uma ação mais efetiva no público vulnerável". Por fim, SENAPRED e SEISP avaliam de forma distinta as questões de transparência ativa dos objetivos, metas e resultados. Por meio do Mapa Virtual e o Georreferenciamento das Comunidades Terapêuticas, a SENAPRED disponibiliza para o cidadão a localização geográfica das comunidades financeiramente apoiadas, além de informações do quantitativo de vagas e recursos financeiros aportados. Já a SEISP não realiza divulgação periódica dos resultados em transparência ativa. A transparência é realizada de forma "protocolar", de modo a atender "as exigências legais em relatórios anuais de gestão e ações de fiscalização e controle". Contudo, está em fase de elaboração pela SEISP "a versão de uma nova plataforma digital para a inclusão produtiva que irá oportunizar a disseminação em tempo real dos resultados".

Do ponto de vista do alinhamento do objetivo estratégico aos instrumentos de planejamento, a avaliação das duas áreas foi totalmente positiva. O programa Progredir, por exemplo, está alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 1, 4, 8 e 10.

Por fim, a avaliação geral dos resultados pelas duas unidades finalísticas foi positivamente convergente. A SENAPRED, apesar de possuir um indicador quantitativo preciso para mensuração de pessoas em tratamento em Comunidades Terapêuticas, considera que os resultados previstos foram alcançados parcialmente, apontando a pandemia do COVID-19 como fator que dificultou o alcance pleno. A SEISP monitora seus resultados com os indicadores do PPA 2020-2023 e avalia que já atingiu o resultado planejado e superado, em muitos casos, as metas estabelecidas, mesmo no período de distanciamento social da pandemia Covid-19. Para a SEISP, os fatores que contribuíram para o alcance dos resultados foram a disponibilização de serviços via internet, as parcerias firmadas e o

acompanhamento dos instrumentos de repasse. Para melhorar a performance da política, a SENAPRED sugere “maior integração entre órgãos e políticas públicas”. Já a SEISP considera ser necessário “direcionar as ações que compõem o objetivo estratégico a partir do pleno conhecimento das características do público-alvo e a definição formal de prioridades de atuação, a construção de indicadores de eficácia e efetividade, quadros lógicos e mecanismos de monitoramento e avaliação.”

AValiação GERAL DE ALCANCE DO VALOR PÚBLICO PELO OBJETIVO 1.2					
- Respostas do Questionário -					
	Não	Pouco	Parcialmente	Grande Parte	Totalmente
Total	0	2	3	3	12

Análise – CGPA/SPOG

Inicialmente, é importante ressaltar que a SEISP é destacadamente o principal ator na condução das políticas vinculadas a este Objetivo 1.2, enquanto a SENAPRED atende a um nicho específico. Em linhas gerais, pode-se dizer que as demandas da sociedade estão bem retratadas no enunciado do Objetivo e suas respectivas Metas. O público potencial desse Objetivo tende a ser crescente sobretudo em virtude da pandemia e seus efeitos sobre a economia. Há de se destacar, além disso, o componente estrutural subjacente à questão da inclusão produtiva, relacionada ao baixo nível educacional e na consequente baixa qualificação profissional da população de baixa renda ou em situação de pobreza e extrema pobreza. É essencialmente a esse público, que busca a inserção ou reinserção no mundo do trabalho, que se dirige as iniciativas de promoção da inclusão produtiva conduzidas pelo Ministério da Cidadania.

Existe um aparato normativo consistente que dá suporte ao Objetivo, contudo é possível identificar necessidades de ajustes nos desenhos das políticas às quais este Objetivo está relacionado. Apesar de as demandas da sociedade às quais o Objetivo Estratégico visa atender estarem bem caracterizadas, há necessidade de melhor dimensionamento do público-alvo no que se refere à quantidade, aos critérios de elegibilidade e à distribuição geográfica. Nesse aspecto, é fundamental a contribuição da SECAD no tocante ao aperfeiçoamento da base de dados do Cadastro Único, que é a principal ferramenta para a identificação do público alvo, sendo importante destacar que o mesmo está em fase de ampliação, com a inclusão de milhões de novos registros referentes aos beneficiários do auxílio emergencial. Ajustes no modelo lógico também são necessários, principalmente no

que diz respeito à caracterização dos processos, insumos, produtos e impacto. Há necessidade também de redefinição de algumas metas e da expectativa de geração de valor público pelo objetivo estratégico.

Para as ações sob gestão da SEISP, vale destacar a manifestação da unidade quanto ao público alvo das políticas sob sua gestão. Mesmo sendo o público do Cadastro Único o foco declarado nas metas do Objetivo 1.2, a unidade ressalta a necessidade de maior caracterização do público alvo das políticas, com melhor definição de critérios de elegibilidade, priorização ou realização de ações focalizadas em públicos específicos. O tratamento dessa questão por parte da unidade é de suma importância para o aprimoramento do desempenho de suas ações, dado que a adequada caracterização do público alvo é aspecto necessário para o desenho e implementação de qualquer política pública. Nesse sentido, é salutar que a área esteja adotando medidas nesse sentido, como a realização de oficinas e o desenvolvimento de estudos/diagnósticos, dentre outros com foco na resolução dessa questão, como a parceria com o Laboratório de Inovação da ENAP – GNOV.

Quanto às ações de reinserção social sob responsabilidade da SENAPRED, de forma semelhante ao Objetivo 1.1 e em conformidade com o relato da unidade, seria de grande valia para o acompanhamento da política a existência de indicador que trouxesse informações sobre o número de pessoas atendidas em Comunidades Terapêuticas que tiveram acesso a ações de reinserção social relacionadas à inserção no mercado de trabalho ou à sua profissionalização. Nesse aspecto, cabe ressaltar a postura proativa da unidade na busca de parceiros diversos para a realização de suas ações, favorecendo a integração entre órgão públicos e entre o setor público e a sociedade civil. A continuidade e a expansão dessas parcerias vão ao encontro do informado pela unidade no que diz respeito ao principal limitador para melhora da performance das políticas sob sua gestão, qual seja: “Maior integração entre órgãos e políticas públicas”.

De forma geral, observa-se que os pressupostos que deram origem ao Objetivo 1.2 ainda continuam válidos, em que pese as unidades com ações no âmbito do Objetivo tenham relatado aspectos que demandem atenção por parte dos gestores, notadamente no que diz respeito à melhor caracterização do público alvo das políticas. A partir das informações trazidas pela SEISP, verifica-se que a política de inclusão produtiva ainda carece de “indicadores de eficácia e efetividade, quadros lógicos e mecanismos de monitoramento e avaliação”, conjunto de ferramentas importantes para se obter uma melhor focalização. A falta de divulgação adequada prejudica a necessária comunicação à sociedade sobre

o que está sendo realizado, como também a obtenção dos “feedbacks” que retroalimentam o processo de aperfeiçoamento da política. No tocante à gestão, é importante sublinhar “a sucessiva alternância institucional na unidade, inclusive na alta gestão, e a perda acelerada de servidores tem criado dificuldades”. Observa-se que o fato de a área ter passado por uma mudança institucional recente, ocorrida durante o período referente a esta avaliação, que consistiu na fusão de duas Secretarias que respondiam pelas políticas de inclusão produtiva rural e urbana, respectivamente, deve trazer melhoria na gestão, mas impacta o andamento de suas ações no curto prazo.

O **Objetivo 1.2** também teve sua implementação impactada negativamente pelo contexto de pandemia do COVID-19. Apesar de o direcionamento das entregas para o público elegível ter sido realizada em grande parte, a efetividade foi parcialmente comprometida pelas características específicas dos diferentes públicos que emergiram durante a pandemia. Assim, como houve mudança do dimensionamento do público-alvo, restou prejudicada a coerência entre a dimensão do planejado e do executado pelo objetivo no processo de trabalho.

Com relação aos indicadores utilizados pela SEISP para acompanhamento de suas ações, seria interessante que a unidade avaliasse a viabilidade de levantamento de informações que fossem um pouco mais próximas das entregas e resultados da política de inclusão social, ou seja, que avance além do número de pessoas cadastradas no Sistema Progridir, de forma a poder ser avaliado em que medida as pessoas cadastradas foram de fato beneficiadas pelas iniciativas do programa.

Enfim, a política de inclusão produtiva se bem desenvolvida se constitui potencialmente em uma das saídas mais eficazes para situações de pobreza e extrema pobreza – o seu status de objetivo estratégico é justificável segundo o ponto de vista técnico desta CGPA. A forma como se busca atingir este Objetivo no Ministério demonstra a necessidade de aperfeiçoamentos no desenho e na implementação das políticas relacionadas, assim como na gestão, por meio, por exemplo, do uso mais sistemático de instrumentos de planejamento, monitoramento e avaliação. Verifica-se também que a política ainda carece de escala diante do potencial, vide suas dotações orçamentárias e o público atendido. Valer-se de seu potencial de integração com outras políticas, especialmente o Bolsa Família, e dos aperfeiçoamentos do Cadastro Único traria um forte impacto para o alcance do Objetivo.

Objetivo 1.3. Promover de forma integrada e articulada políticas de proteção social para pessoas em situação de vulnerabilidade, risco social e violação de direitos

Legislação Básica

- Constituição Federal de 1988 - Art. 203 e 204;
- Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS);
- Lei nº 9.604, de 5 de fevereiro de 1998 - Dispõe sobre a prestação de contas de aplicação de recursos a que se refere a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá outras providências;
- Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011 (Lei do SUAS);
- Decreto nº 5.085, de 19 de maio de 2004 - Define as ações continuadas de assistência social;
- Decreto nº 7.788, de 15 de agosto de 2012 - Regulamenta o FNAS;
- Resoluções CNAS nº 145/2004 (Política Nacional de Assistência Social), 109/2009 (Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais), 33/2011 (Promoção da Integração ao Mundo do Trabalho no campo da assistência social), 18/2012 (Institui o Programa ACESSUAS TRABALHO), 33/2012 (NOB SUAS); 17/2014 (Estabelece critérios de partilha), 27/2014 (Altera a vigência do programa), 25/2016 (Altera a Resolução CNAS 18/2012), 03/2017 (Aprova ajustes de metas), 19/2017 (Estabelece metas e critérios de partilha)
- Lei nº 13.343, de 23 de agosto de 2006 - Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad;
- Lei nº 13.840, de 5 de junho de 2019 - Nova Lei de Drogas;
- Portaria nº 1.844, de 25 de setembro de 2019 - Chamamento Público - SENAPRED, com a finalidade de selecionar Organizações da Sociedade Civil, que atuem no atendimento a pessoas com transtornos decorrentes do uso e dependência de álcool e outras drogas

Correspondência do Objetivo no Plano Plurianual e Outros Instrumentos de Planejamento

- PPA 2020-2023 - Programa 5031 – Proteção Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)
 - Resultado Intermediário 0139 - Ampliação da cobertura dos serviços e programas referenciados nos CRAS
 - Indicador - Taxa de cobertura de famílias em situação de vulnerabilidade e risco social por serviços e programas de assistência social referenciados nos CRAS
 - Linha de Base (31/12/2018) - 82,5
 - Meta Prevista para 2020 – 82,5

- PPA 2020-2023 - Programa 5031 – Proteção Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)
 - Resultado Intermediário 0140 - Ampliação da cobertura dos serviços e programas referenciados nos CREAS
 - Indicador - Taxa de cobertura de famílias em situação de vulnerabilidade e risco social por serviços e programas de assistência social referenciados nos CREAS
 - Linha de Base (31/12/2018) - 84,4
 - Meta Prevista para 2020 – 84,4
- PPA 2020-2023 – Programa 5032 - Rede de Suporte Social ao Dependente Químico: Cuidados, Prevenção e Reinserção Social
 - Resultado Intermediário 0141 - Ampliação do número de atendimentos em Comunidades Terapêuticas, compreendendo cuidados, prevenção e reinserção social de dependentes químicos
 - Indicador - Número de atendimentos em Comunidades Terapêuticas, compreendendo cuidados, prevenção e reinserção social de dependentes químicos, em relação ao número de atendimentos registrados no ano de 2019
 - Linha de Base (31/12/2019) – 11.000
 - Meta prevista para 2020 – 22.000
 - Resultado Intermediário 0191 - Ampliação do número de profissionais, atuantes no SISNAD, SUS e SUAS, capacitados na temática sobre drogas
 - Indicador - Número de profissionais capacitados
 - Linha de Base (31/12/2019) – 2.500
 - Meta prevista para 2020 – 2.000
- Monitoramento PPA 2016-2019 – Ano Base 2019:
 - Indicador: Taxa de cobertura de CREAS em Municípios com até 20 mil habitantes
 - Valor aferido: 26,77%
 - Data do índice: 31/12/2019
 - Indicador: Taxa de cobertura de famílias por CRAS em municípios com mais de 100 mil habitantes
 - Valor aferido: 63,44%
 - Data do índice: 31/12/2019
 - Indicador: Taxa de adesão dos municípios ao SISAN

- Valor aferido: 6,46%
- Data do índice: 31/12/2019
- Meta: 00RI - Ampliar a cobertura da oferta regionalizada dos serviços de proteção social especial de média complexidade para 1.070 novos municípios, com população inferior a 20 mil habitantes, totalizando 34% dos municípios desse porte
 - Quantidade alcançada: 117 Municípios
 - Data de Referência: 31/12/2019
 - Classificação da Meta: Meta não alcançada
- Meta: 00S1 - Ampliar a cobertura da oferta regionalizada dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, atingindo a taxa de 0,75 vaga/2.000 crianças e adolescentes, nas microrregiões não cobertas por serviços municipais
 - Quantidade alcançada: 0,04 vaga/2.000 crianças e adolescentes
 - Data de Referência: 31/12/2019
 - Classificação da Meta: Meta não alcançada
- Meta: 00S8 - Ampliar as oportunidades de acesso das pessoas idosas e pessoas com deficiência beneficiárias do BPC aos serviços socioassistenciais, na perspectiva da garantia da convivência familiar e comunitária
 - Análise Situacional da Meta: A SNAS/SEDS/MC vem debatendo internamente a identificação de ações para a ampliação do acesso dos beneficiários do BPC aos serviços socioassistenciais. Vale salientar que os beneficiários do BPC já compõem o público prioritário dos serviços e programas da assistência social, inclusive aqueles que integram a agenda prioritária do Governo Federal – Primeira Infância e Inclusão Produtiva.
 - A inclusão dos beneficiários do BPC no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – que, a partir do Decreto nº 8.805/2016, passou a ser um dos requisitos para a concessão, a manutenção e a revisão do BPC – tem favorecido a inclusão dos requerentes e beneficiários do BPC em ações de diversas políticas públicas, como educação, saúde, trabalho, cultura, esporte, turismo e habitação, que se utilizam das informações do CadÚnico para, por exemplo, a seleção de pessoas e a priorização de atendimentos.
 - Em dezembro/2019, 89,3% dos beneficiários do BPC já estavam registrados no Cadastro Único, o que representa uma significativa evolução em relação ao final de 2016 (43,5%), quando foi instituída a obrigatoriedade, e mesmo em relação a dez/2018 (71%).
 - Classificação da Meta: Meta prevista ao final do PPA não declarada

- Meta: 00SA - Mobilizar e acompanhar 90% das famílias de crianças e adolescentes beneficiários do BPC em idade escolar que estão fora da escola, visando assegurar a sua inclusão e permanência na escola e o acesso aos demais direitos sociais
 - Quantidade alcançada: 65,3 %
 - Data de Referência: 31/12/2017
 - Classificação da Meta: Meta não alcançada
- Meta: 00RV - Adequar 60% das vagas ofertadas nos serviços de acolhimento para população em situação de rua aos parâmetros do SUAS
 - Quantidade alcançada: 17 %
 - Data de Referência: 31/12/2018
 - Classificação da Meta: Meta não alcançada
- Meta: 00IU - Ampliar a cobertura do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para 97% dos municípios brasileiros, expandindo sua cobertura a 400 municípios ainda não cofinanciados
 - Quantidade alcançada: 0 Municípios
 - Data de Referência: 31/12/2019
 - Classificação da Meta: Meta não alcançada
- Meta: 55000 04JD Realizar acompanhamento das famílias com presença de violação de direitos em decorrência do uso de substâncias psicoativas em 100% dos CREAS.
 - Quantidade alcançada: 96,2 %
 - Data de Referência: 31/12/2018
 - Classificação da Meta: Meta não alcançada
- Meta: 04DJ - Articular serviços de cuidado e proteção às crianças e adolescentes com problemas decorrentes do uso de álcool e outras drogas.
 - Análise Situacional da Meta:
 - Na análise situacional anterior já havia sido anunciada a descontinuidade desta meta em razão do contexto econômico dos anos 2017 e 2018.
 - A Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas – SENAPRED foi criada pelo Decreto 9.674, de 02 de janeiro de 2019, passando a ser órgão responsável pela formulação e implementação das políticas públicas voltadas à redução da demanda por drogas, desdobrando suas ações em 3 (três) grandes eixos, quais sejam cuidados, prevenção e reinserção social.
 - Com relação ao eixo cuidado, no ano de 2019, houve a formalização de 216 novos contratos com oferecimento de novas 4.274 (quatro mil duzentos e setenta e quatro) vagas em comunidades terapêuticas para o acolhimento de usuários e dependentes de substância psicoativas. Atualmente, há o

financiamento de 10.883 vagas, o que representa um incremento percentual de 64% (sessenta e quatro por cento) em relação ao ano de 2018. Desse montante, 467 acolhimentos foram de adolescentes.

- Classificação da Meta: Meta alcançada

- Endes:

- Eixo 5: Social

- ODS:

- Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
 - Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;
 - Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Correspondência na Programação Orçamentária do Ministério

- Programa 5031 – Proteção Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

- Ação 00H5 - Benefícios de Prestação Continuada (BPC) à Pessoa Idosa e da Renda Mensal Vitalícia (RMV) por Idade
 - Ação 00IN - Benefícios de Prestação Continuada (BPC) à Pessoa com Deficiência e da Renda Mensal Vitalícia (RMV) por Invalidez
 - Ação 219E - Ações de Proteção Social Básica
 - Ação 219F - Ações de Proteção Social Especial
 - Ação 219G - Estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

- Programa 5032 – Rede de Suporte Social ao Dependente Químico: Cuidados, Prevenção e Reinserção Social

- Ação 20R9 - Prevenção de Uso de Drogas, Cuidados e Reinserção Social de Pessoas e Famílias que têm Problemas com Álcool e Outras Drogas

- Programa 5033 - Segurança Alimentar e Nutricional

- Ação 2792 - Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos

- Ação 2798 - Aquisição e Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar para Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional

Dados acerca do Alcance do Objetivo Apresentado em Informes e Documentos Oficiais

- A Aliança por Brumadinho, liderada pelo Ministério da Cidadania, consiste em conjunto de ações desenvolvidas pelo governo federal, estadual, municipal, empresas e sociedade civil que visam desenvolver ações em linha com as necessidades do município causadas pelo rompimento da barragem do Córrego do Feijão, no município de Brumadinho, em Minas Gerais, ocorrido em 25 de janeiro de 2019.

<http://aliancaporbrumadinho.org/>

Fonte: Relatório de Gestão 2019

- Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional 2019

20 novos municípios aderiram ao SISAN totalizando 360 municípios, além dos 26 estados e do Distrito Federal

Fonte: Relatório de Gestão 2019

- Comunidades Terapêuticas 2019:

216 novos contratos formalizados

4.274 vagas em comunidades terapêuticas

Financiamento de 10.883 novas vagas

Fonte: Relatório de Gestão 2019

- Centro-Dia 2019

18 unidades em 18 estados, mais de mil municípios

1,6 mil unidades similares (destas, 92% são parcerias com entidades privadas)

Cada unidade com capacidade de atender entre 30 e 150 pessoas/mês

9 unidades específicas para o atendimento de criança de 0 a 6 anos, com microcefalia ou deficiência associada ao Zika Vírus

Fonte: Relatório de Gestão 2019

- BPC

4,6 milhões de beneficiários

2,0 milhões de pessoas idosas

2,6 milhões de pessoas com deficiência

Quase 90% dos beneficiários registrados no Cadastro Único

Fonte: Relatório de Gestão 2019

- Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa (EBAPI):

Adesão de 852 municípios e 7 estados

Em 2020, com a intensificação da articulação com os estados e a ampliação do apoio técnico aos municípios, espera-se atingir a meta de mil municípios aderidos à EBAPI, assim como promover condições para que estados e municípios cumpram seus papéis no âmbito da Estratégia.

Fonte: Relatório de Gestão 2019

Principais Órgãos Envolvidos com a Temática (Aspecto Transversal)

- Ministérios da Saúde; Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Justiça

Estudos e Pesquisas Relacionados ao Tema

- Vulnerabilidade Social no Brasil: conceitos, métodos e primeiros resultados para municípios e regiões metropolitanas brasileiras
(TD 2364 – IPEA – Rio de Janeiro-2018)
- Políticas Sociais - acompanhamento e análise nº 27, Capítulo 2
(IPEA – Brasília-2020)
- Caderno SUAS

Autoavaliação - Análise Descritiva dos Formulários

Questionário respondido pela Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas (SENAPRED) e Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva (SEISP). As três Secretarias apresentaram avaliações positivas para os desenhos das políticas relacionadas ao objetivo, considerando, assim, que demandas da sociedade e o público-alvo estão bem caracterizados e claramente dimensionados. A SEISP, contudo, ressaltou certa dificuldade nesse dimensionamento decorrente da falta de dados. O PAA, por exemplo, “atende o público definido, mas não é possível calcular de forma exata qual seria a demanda não atendida”. Com relação ao modelo lógico, as áreas apresentam percepções diferentes. Enquanto SENAPRED e SEISP

consideram que o modelo lógico e os indicadores associados ao objetivo estratégico estão totalmente desenhados, a SNAS ressalta a inexistência de modelo lógico e indicadores.

Referente à implementação do objetivo estratégico, a SNAS e a SENAPRED consideram como parciais a correspondência entre o executado e o planejado para o período avaliativo. Segundo a SENAPRED, as agendas ficaram prejudicadas “em razão da pandemia do COVID-19”. A meta de ampliar o número de vagas para tratamento e acolhimento com Comunidades Terapêuticas, por exemplo, “está totalmente prejudicada este ano caso não sejam aportados recursos”. Já para a SEISP, a correspondência entre o executado e planejado foi total, uma vez que “a execução refletiu exatamente o desenho do programa”. Assim, em termos de atendimentos às entidades receptoras, a SEISP considera que as entregas estão adequadas e bem focalizadas, apesar de o Programa não possuir um mapeamento do consumidor final e indicadores de resultado de impacto que demonstrem se os alimentos entregues de fato alteram o estado nutricional ou se a regularidade no atendimento é adequada.

Para a SNAS e a SENAPRED, o objetivo estratégico está totalmente alinhado com outros instrumentos de planejamento, como o PPA 2020-2023, a ENDES e ODS. Para a SEISP, contudo, o objetivo estratégico não está alinhado ao PPA “ao menos no que se refere ao indicador do PPA referente ao Programa 5033 de segurança alimentar e nutricional.”

Por fim, sobre o alcance dos resultados do objetivo estratégico, apesar de a SNAS considerar que “o indicador constante do PPA 2020-2023 permite uma visão sintética do objetivo, a partir da cobertura das proteções Básica e Especial do SUAS”, entende que o alcance dos resultados ficaram prejudicados por “as metas não terem sido definidas de forma objetiva/quantitativa, inclusive como decorrência do nível de incertezas nos cenários econômico e fiscal, no momento de elaboração do planejamento estratégico”. Para a SENAPRED, o indicador de mensuração do objetivo está associado com o quantitativo de pessoas em acolhimento e o número de vagas em Comunidades Terapêuticas. Esses resultados, segundo a SENAPRED, foram impactados negativamente pelo contexto da pandemia do COVID-19. Já para a SEISP, “embora o indicador não seja totalmente adequado”, o resultado previsto para a distribuição de alimentos às entidades da rede socioassistencial e pública de saúde e educação, vem sendo alcançado parcialmente.

AVALIAÇÃO GERAL DE ALCANCE DO VALOR PÚBLICO PELO OBJETIVO 1.3					
- Respostas do Questionário -					
	Não	Pouco	Parcialmente	Grande Parte	Totalmente
Total	4	3	6	4	13

Análise CGPA/SPOG

No âmbito do **Objetivo 1.3**, verifica-se que as diversas ações desenvolvidas continuam possuindo conteúdo pertinente ao alcance do objetivo, em que pese tenham sido apontados alguns gargalos e dificuldades por todas as unidades finalísticas. A SEISP aponta haver desalinhamento entre o PPA 2020-2023 e política de distribuição de alimentos, tal situação que pode ser tratada oportunamente no momento de revisão do PPA.

As Unidades não indicaram problemas relevantes com relação aos desenhos de suas políticas, ainda que o modelo lógico não tenha sido utilizado por todas elas. É importante salientar que o modelo lógico é uma ferramenta que pode contribuir para ajustes e aperfeiçoamentos no desenho da política – nesse sentido, o fato de a SEISP estar trabalhando na construção de um modelo lógico é um fato positivo. Vale observar que as políticas associadas ao Objetivo 1.3 são de modo geral maduras e as normas que as regem vem sendo aperfeiçoadas de forma incremental a um tempo longo. A Política Nacional de Assistência Social, que passou por uma grande reformulação na década passada, é a mais antiga associada à Pasta e suas antecessoras (MPAS, MAS, MDS, MDSA, MDS). Trata-se de uma política caracterizada por ser muito normatizada, que se desenvolve com um conjunto articulado de regras e pactuações envolvendo as três esferas da federação.

As diversas unidades responsáveis por ações que contribuem para o alcance do Objetivo Estratégico relataram algumas dificuldades para a adequada implementação das políticas. Essas dificuldades estão mais associadas a fatores conjunturais (pandemia e restrição fiscal) do que a questões relacionadas ao desenho das políticas. Para a SENAPRED, a pandemia e as restrições orçamentárias tiveram impacto sobre os projetos, notadamente quanto à ampliação do número de vagas para tratamento e acolhimento em Comunidades Terapêuticas (Meta 1.3.6). Caso tal cenário permaneça para o ano de 2021, isso pode ocasionar a necessidade de readequação das metas a serem alcançadas pela unidade. Análise semelhante pode ser feita quanto à meta de integrar políticas e programas de assistência social, cultura e esporte nas Comunidades Terapêuticas (Meta 1.3.3), o que deve ensejar a unidade a reavaliar a viabilidade da sua consecução.

Com relação à política de distribuição de alimentos, sob responsabilidade da SEISP, a área relata dificuldades em obter informações sobre o impacto que a política exerce sobre o público alvo, bem como sobre a demanda existente por alimentos por parte deste público. Essa lacuna pode ser ao menos em parte reduzida por meio de uma parceria firmada pela Secretaria com o IPEA no sentido de tratar essa questão. Tal iniciativa é fundamental, pois o conhecimento dos efeitos da política sobre os seus beneficiários traz uma medida mais

precisa do valor gerado para a sociedade, além de ser o insumo para eventuais ajustes no desenho e na condução da política. Ademais, o conhecimento traz subsídios mais consistentes para se avaliar a necessidade de expansão da política e seu financiamento. Em que pese a necessidade de avanço em tais pontos, é importante ressaltar o fato de a unidade ter bastante clareza em relação aos gargalos que necessitam ser superados.

Já para as ações sob responsabilidade da SNAS, o relato da unidade deixa patente o quanto a mobilização de esforços necessários para lidar com a pandemia acabou por comprometer as demais atividades correntemente conduzidas pela Secretaria. A questão do financiamento também aparece com um limitador relevante, que poderá comprometer inclusive a cobertura da população, ainda mais em um contexto em que a demanda por serviços e a população a ser atendida tende a aumentar, considerando as consequências da pandemia ao longo do ano de 2020.

Portanto, no que se relaciona à consecução dos resultados associados ao Objetivo Estratégico 1.3, os indicadores se mostram insuficientemente desenvolvidos para proporcionar uma informação mais precisa sobre o alcance dos mesmos. Existem diversos indicadores, porém, poucos deles se mostram aptos a medir os resultados das políticas, estando mais focados sobre produtos e gestão.

Por fim, um aspecto que deve ser considerado é que, a parte as dotações emergenciais decorrentes da pandemia, essas políticas não vêm apresentando crescimento nas suas dotações orçamentárias, o que no mínimo dificulta a expansão da oferta desses serviços (a priori, isso não impede por si só a expansão da oferta, pois existe a possibilidade de se obter ganhos de eficiência). Com relação particularmente à SNAS, é importante considerar que a governança da política é de responsabilidade compartilhada entre as três esferas da federação (federal, estadual e municipal), o que dificulta o estabelecimento de causalidade direta entre as medidas tomadas no nível federal e os resultados alcançados na ponta, especialmente em um contexto de grande diversidade dos entes federados quanto à capacidade de financiamento e de gestão. Adicionalmente, há o impasse permanente quanto ao que compete a cada um deles no financiamento da política.

Objetivo 1.4. Promover a inovação e o desenvolvimento econômico sustentável

Legislação Básica

- Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 – Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais;
- Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011 – Institui o Programa do Fomento às Atividades Produtivas Rurais;
- Lei nº 12.188 de 11 de janeiro de 2010 – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar e Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER;
- Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003 – Institui o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA (art. 19);
- Decreto nº 9.221, de 6 de dezembro de 2017 de 06/12/2017 – regulamenta o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais;
- Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 - Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências;
- Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 - A lei promulgada extinguiu o Ministério do Trabalho e a antiga Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) teve suas atribuições enviadas ao Ministério da Cidadania.
- Decreto nº 7.357, de 17 de novembro de 2010 - Dispõe sobre o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares – PRONINC

Correspondência do Objetivo no Plano Plurianual e Outros Instrumentos de Planejamento

- PPA 2020-2023 - Programa 5027 – Inclusão Produtiva de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social
 - Resultado Intermediário 0135 - Ampliação do número de empreendimentos de economia solidária, associativismo e cooperativismo que promovam a inclusão produtiva de pessoas inscritas no Cadastro Único apoiados
 - Indicador - Número de empreendimentos de economia solidária, associativismo e cooperativismo apoiados por ações desenvolvidas pelo Ministério da Cidadania
 - Meta prevista para 2020 – 50
- Monitoramento PPA 2016-2019 – Ano Base 2019:
 - Indicador: Taxa de empreendimentos econômicos solidários apoiados

- Valor aferido: 8,2276
 - Data do índice: 31/12/2019
- Meta: 04OC - Apoiar e fortalecer 14 mil Empreendimentos Econômicos Solidários com a estruturação dos processos de produção, comercialização e consumo sustentáveis e solidários
 - Quantidade alcançada: 9.441 Empreendimentos Econômicos Solidários
 - Data de Referência: 31/12/2019
 - Classificação da Meta: Meta não alcançada
- Meta: 04OD - Fomentar a organização em redes de cooperação de 3.150 Empreendimentos Econômicos Solidários visando o adensamento e verticalização da produção, comercialização e consumo
 - Quantidade alcançada: 2.925 Empreendimentos Econômicos Solidários
 - Data de Referência: 31/12/2019
 - Classificação da Meta: Meta não alcançada
- Meta: 04ES - Atender 54 mil famílias de povos e comunidades tradicionais em situação de pobreza em uma estratégia de inclusão produtiva rural, por meio da oferta do acompanhamento familiar social e produtivo, do acesso a recursos do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais ou do acesso a tecnologias sociais de água para produção
 - Quantidade alcançada: 22.704 Famílias
 - Data de Referência: 31/12/2019
 - Classificação da Meta: Meta não alcançada
- Meta: 04MX - Atender 180 mil famílias em situação de pobreza em uma estratégia de inclusão produtiva rural, por meio da oferta do acompanhamento familiar social e produtivo, do acesso a recursos do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais ou do acesso a tecnologias sociais de água para produção
 - Quantidade alcançada: 135.489 Famílias
 - Data de Referência: 31/12/2019
 - Classificação da Meta: Meta não alcançada
- Endes:
 - Eixo 5: Social
 - Eixo 1: Econômico
- ODS:
 - Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;

- Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;
- Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
- Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.

Correspondência na Programação Orçamentária do Ministério

- Programa 5027 – Inclusão Produtiva de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social
 - Ação 20GG – Promoção da Inclusão Produtiva de Famílias em Situação de Pobreza
 - Ação 215F – Fomento e Fortalecimento da Economia Solidária
- Programa 5033 - Segurança Alimentar e Nutricional
 - Ação 20GD – Inclusão Produtiva Rural
 - Ação 2798 – Aquisição e Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar para Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional
 - Ação 8458 – Apoio à Agricultura Urbana

Dados Acerca do Alcance do Objetivo Apresentado em Informes e Documentos Oficiais

- O Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais realiza o acompanhamento social e produtivo e a transferência de recursos não reembolsáveis diretamente para as famílias beneficiárias, no valor de R\$ 2.400,00 ou R\$ 3.000,00, utilizando a estrutura de pagamento do Programa Bolsa Família para repassar recursos para investimentos produtivos. Em 2019 foram repassados R\$ 46 milhões e 25.010 famílias foram beneficiadas.

Principais Órgãos Envolvidos com a Temática (Aspecto Transversal)

- Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Economia; Meio Ambiente

Estudos e Pesquisas Relacionados ao Tema

- A Política de Economia Solidária no Ciclo Orçamentário Nacional (2004-2018): inserção, expansão e crise de paradigma
(TD 2434 – IPEA – Rio de Janeiro-2018)
- Análise dos Impactos do Pronaf na Agricultura do Brasil no Período de 2007 a 2016
(TD 2412 – IPEA – Rio de Janeiro-2018)

- Agricultura Familiar, Assistência Técnica e Extensão Rural e a Política Nacional de Ater (TD 2343 – IPEA – Brasília-2017)
- A combate à pobreza e políticas públicas: inovação institucional no desenho e nos processos que sustentam o fomento produtivo a agricultores familiares pobres (Caderno de Estudos nº 23 - SAGI/MC – Brasília-2015)
- Identificação de municípios prioritários para implantação de cisternas e outras tecnologias de acesso à água no Semiárido (Documentos 122 – Embrapa Territorial – Campinas-2018)

Autoavaliação - Análise Descritiva dos Formulários

A unidade responsável pelas políticas relacionadas a este objetivo é a Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva (SEISP). O desenho do objetivo foi positivamente avaliado pela SEISP que considerou que as demandas da sociedade às quais o objetivo estratégico visa atender estão totalmente caracterizados, o público-alvo, em grande parte, está bem dimensionado e o modelo lógico e indicadores estão quase que totalmente definidos. Para o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, por exemplo, a legislação vigente permite clara e precisa caracterização do público-alvo; ademais, as demandas que originaram sua formulação permanecem vigentes e estão inseridas como macroproblema na árvore de problemas do modelo lógico do Programa. Já para a agenda da inclusão produtiva sob o enfoque do cooperativismo, da economia solidária e suas derivações, a avaliação é de que é possível identificar "claramente as demandas que originaram o objetivo estratégico"; contudo, é necessário realizar melhor caracterização do público alvo, com critérios de elegibilidade e prioridade. Com relação ao modelo lógico e indicadores, está em andamento, em colaboração com o Laboratório de Inovação da ENAP – GNOV, a construção de um modelo lógico embasado na identificação de atores, processos, insumos, produtos, resultados e impactos. Por fim, sobre as políticas de acesso à água, as demandas da sociedade foram bem caracterizadas no objetivo e permanecem as mesmas, uma vez que "a falta de acesso ou o acesso precário à água de qualidade é uma situação ainda presente na realidade brasileira". A priorização do público foi bem otimizada ao longo do ciclo avaliativo, tendo em vista a utilização de robusto estudo da Embrapa para a seleção de 61 municípios a serem atendidos com recursos LOA de 2020. O desenho do modelo lógico também permitiu a identificação precisa dos insumos financeiros, humanos e tecnológicos.

A implementação do objetivo não teve avaliação linear pela SEISP, uma vez que algumas agendas apresentaram aspectos positivos e outros aspectos que requerem maior atenção.

Com relação à correspondência entre o executado e o planejado durante o ciclo avaliativo, apesar de a avaliação ser positiva e a unidade considerar que as entregas foram adequadas e corretamente dirigidas ao público-alvo, ela ressalta a existência de desafios a serem enfrentados, principalmente com relação aos povos e comunidades tradicionais. Outros dois aspectos que merecem atenção é a questão orçamentária e a transparência ativa. Segundo a SEISP, o “orçamento do Programa de Fomento tem baixado a cada ano”. Ainda, os dados sobre a execução são divulgados apenas “internamente, para a gestão federal e agentes públicos estaduais”, sendo “necessário aprimorar a divulgação para a sociedade de modo geral”. Questões semelhantes são identificadas na agenda da inclusão produtiva em meio urbano, caracterizada, segundo a SEISP, por baixa dotação orçamentária e inexistência de transparência ativa, sendo os resultados disponibilizados apenas “de maneira protocolar” de acordo com a legislação vigente. Está em fase de finalização uma nova plataforma digital para a inclusão produtiva que irá oportunizar a disseminação em tempo real dos resultados alcançados. Por fim, sobre o Programa Cisternas, a SEISP avalia que, apesar de os parceiros do Programa terem a capacidade financeira necessária para plena execução dos objetivos, o cenário da pandemia do COVID-19 dificultou as atividades, prejudicando as entregas ao público-alvo.

Sobre a questão de alinhamento do objetivo aos instrumentos de planejamento, a SEISP o considera plenamente alinhado e convergente aos indicadores, às diretrizes, às metas e aos objetivos do PPA, da ENDES e dos ODS.

Por fim, a avaliação geral dos resultados do objetivo durante o ciclo avaliativo também foi positiva, principalmente pela existência de indicadores relativamente consolidados que puderam medir os resultados da política ao longo do ciclo avaliativo. Assim, a SEISP considerou que os resultados previstos no objetivo estratégico foram distintos para as três agendas (fomento rural, cooperativismo/economia solidária e acesso à água para produção): “foram alcançados integralmente”, no contexto do programa de fomento às atividades produtivas rurais, graças especialmente ao desenho do programa, que “articula ações de políticas de desenvolvimento social com políticas de desenvolvimento rural”; acompanhou o planejado e superou, em muitos casos, as metas estabelecidas para a política de inclusão produtiva em meio urbano devido à “disponibilização de serviços via internet, às parcerias firmadas e ao acompanhamento dos instrumentos de repasse”; e “foram alcançados parcialmente” nas políticas de acesso à água, influenciado, principalmente, pelas “consequências advindas do processo de pandemia acometido em várias regiões do país”. Por fim, para a SEISP, eventuais melhorias e mudanças que poderiam ser implementadas a fim de melhorar a performance das agendas e contribuir para o

alcance do objetivo estratégico estão associados ao incremento do orçamento e à articulação mais fluida entre atores.

AVALIAÇÃO GERAL DE ALCANCE DO VALOR PÚBLICO PELO OBJETIVO 1.4 - Respostas do Questionário -					
	Não	Pouco	Parcialmente	Grande Parte	Totalmente
Total	2	2	3	5	18

Análise CGPA/SPOG

Este objetivo não está associado primordialmente a uma política específica, sua conformação traz uma certa identidade "Cidadania", constituindo-se em uma combinação de políticas que estão relacionadas diretamente ao fomento de atividades produtivas, ou seja, a perspectiva dominante é a do desenvolvimento econômico e também da inclusão social e produtiva. Esse viés heterogêneo pode ser verificado nas três Metas que constituem o Objetivo – cada uma de responsabilidade de uma Secretaria diferente, na época da implantação do Plano. Com as mudanças organizacionais, as metas de responsabilidade da SEISP e SENISP passaram a ser só da SEISP, já que houve a fusão de ambas, e a Meta referente à Cultura foi excluída da competência do Ministério em decorrência da transferência da SECULT para o Ministério do Turismo.

Contudo, não houve alteração significativa nos pressupostos que deram origem ao desenho das políticas remanescentes associadas ao **Objetivo Estratégico 1.4** de "Promover a inovação e o desenvolvimento econômico sustentável". Segundo comentários da SEISP, as três políticas – Fomento Rural, Economia Solidária e Acesso à Água para a Produção (Cisternas) – apresentam, no entanto, situações distintas em diversos aspectos abordados. Numa visão geral, as demandas da sociedade estão bem caracterizadas, porém, os públicos-alvo estão dimensionados apenas parcialmente, enquanto os critérios de priorização não estão completamente determinados. Já o modelo lógico e indicadores estão quase que totalmente definidos. Deste modo, seria necessário ajustes pontuais na caracterização dos públicos-alvo, com critérios de elegibilidade e prioridade, e no modelo lógico, visando a busca pelo aprimoramento dos insumos financeiros, humanos e tecnológicos. No mais, cabe uma observação prévia com relação à meta 1.4.3 – "Fomentar e incentivar ações e empreendimentos de Economia Criativa e Economia Solidária, bem como redes de cooperação em todo o território nacional": seus aspectos foram abordados no bojo do Objetivo 1.2, tendo em vista que o questionário foi respondido condensando esse objetivo com a supracitada meta.

De maneira geral, observou-se que o desenho e os resultados das políticas tratadas no Objetivo 1.4 podem ser considerados adequados. Ainda assim, cabe destacar que a área apontou a integração entre o Programa Cisternas com os Programas de Fomento Rural, PAA e PNAE como uma medida que poderia representar melhorias para a política desenvolvida. Nesse sentido, sugere-se que a área analise a viabilidade de promover estudos e eventuais ajustes sobre a viabilidade de se alterar o desenho dessas políticas no sentido de realizar tal integração e aumentar o potencial de impacto positivo dessas políticas. O fato das políticas (com exceção do PNAE) estarem sob a gestão da mesma unidade é um fator positivo para essa integração.

A implementação do **Objetivo 1.4** apresentou aspectos díspares conforme as autoavaliações das áreas. Enquanto algumas reportaram plena correspondência entre o executado e o planejado durante o ciclo avaliativo, com entregas adequadas e corretamente dirigidas ao público-alvo, outras destacaram os desafios de ordem orçamentária e logística. As questões relativas às restrições orçamentárias são recorrentes e afetam praticamente todas as áreas. Já as questões de ordem logística têm um peso particularmente elevado nas políticas dirigidas ao público rural. A dispersão territorial e a dificuldade de acesso a populações que vivem em locais remotos são desafios para implementação dessas políticas. Com relação ao Programa de Fomento Rural, a área destaca o papel decisivo exercido pelos agentes que atuam diretamente junto às famílias em prol dos resultados do programa e, por outro lado, as dificuldades nesse aspecto com relação aos povos e comunidades tradicionais. Assim, considerando o maior nível de vulnerabilidade e as especificidades que permeiam essas populações, verifica-se a necessidade de ajustes na implementação ou até mesmo no desenho da política no sentido de melhorar o atendimento a esse público, de modo a aproximá-lo ao padrão geral. Outro aspecto que merece ser considerado diz respeito à construção de indicador a fim de se mensurar o atendimento das populações e povos tradicionais no âmbito do programa.

Com relação ao Programa Cisternas, o relato da unidade gestora informa que a política se encontra bem desenhada e sendo executada a contento, em que pese ainda exista grande demanda a ser atendida para que o acesso à água seja universalizado. Assim, infere-se que os resultados a serem obtidos dependem sobremaneira da disponibilidade orçamentária para a política nos anos vindouros, dado que aspectos relacionados ao desenho e a implementação da política parecem vir sendo endereçados de maneira satisfatória pela área finalística. Considerando a possibilidade de que o contexto de

restrição fiscal mais aguda perdure para os próximos exercícios, a adequação das metas estabelecidas pode se revelar necessária.

Em suma, se é possível afirmar que o Objetivo 1.4 passou por um esvaziamento em razão da saída da Cultura, por outro lado, adquiriu maior coesão, principalmente por estar vinculado agora a uma mesma Secretaria. Contudo, o que se observa é que existe ainda uma demanda muito elevada pelos produtos associados e este Objetivo que a atual estrutura não consegue atender. Paradoxalmente, apesar de essas políticas estarem sob a gestão de uma mesma Secretaria, observa-se que o desenvolvimento se dá de forma fragmentada. Talvez a sugerida junção da parte rural das políticas relacionadas a esse Objetivo, e possivelmente com outras, possa trazer ganhos de eficiência e efetividade que possibilite atingir um público mais amplo. Por fim, cabe comentar que o Objetivo 1.4 estabelece uma relação muito próxima com os Objetivos 1.2 e 1.6, no que corresponde à Economia Solidária e à Políticas de Fomento e ao Acesso à Água, respectivamente, o que conduz a uma reflexão sobre a pertinência da manutenção do mesmo no escopo deste Plano Estratégico.

Objetivo 1.5. Melhorar o desempenho esportivo do Brasil

Legislação Básica

- Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 - Institui normas gerais sobre o desporto ("Lei Pelé");
- Lei nº 10.891, de 20 de setembro de 2004 - Institui a Bolsa-Atleta;
- Lei nº 12.395, de março de 2011 – Altera as Leis nº 9.615, de 24 de março de 1998, e nº 10.891, de 20 de setembro de 2004;
- Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003 - Dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor;
- Decreto nº 10.154, de 4 de dezembro de 2019 - criou o Escritório de Governança do Legado Olímpico, estrutura temporária ligada ao Ministério da Cidadania com a função de fazer a gestão de instalações que ficaram como resultado dos investimentos federais para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016. A criação do escritório tem como objetivo suprir as incumbências da AGLO, possibilitando a gestão e utilização das estruturas do Parque Olímpico da Barra e do Complexo Esportivo de Deodoro;
- Decreto nº 5.342, de 14 de janeiro de 2005 - Regulamenta a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui a Bolsa-Atleta

Correspondência do Objetivo no Plano Plurianual e Outros Instrumentos de Planejamento

- PPA 2020-2023 – Programa 5026 - Esporte
- Resultado Intermediário 0131 - Ampliação do número de atletas atendidos pelo programa Bolsa Atleta
 - Indicador - Quantidade de atletas praticantes de esportes de alto rendimento, a partir de 14 anos, que tenham obtido bons resultados em competições nacionais e internacionais atendidos pelo programa Bolsa Atleta
 - Linha de Base (31/12/2019) - 6.204
 - Meta prevista para 2020 – 6.316
- PPA 2020-2023 – Programa 5026 - Esporte
- Resultado Intermediário 0133 - Ampliação do quantitativo de testes de controle de dopagem em competição e fora de competição.
 - Indicador - Número de amostras coletadas de atletas
 - Linha de Base (31/12/2019) - 1.906
 - Meta prevista para 2020 – 2.060
- Monitoramento PPA 2016-2019 – Ano Base 2019:
- Indicador: Proporção da população atendida com infraestrutura financiada pelo Ministério do Esporte (ME)
 - Valor aferido: 90,1%
 - Data do índice: 31/12/2019
- Indicador: Proporção de municípios com infraestrutura atendida pelo Ministério do Esporte (ME)
 - Valor aferido: 75,85%
 - Data do índice: 31/12/2019
- Indicador: Realização de Testes Antidopagem
 - Valor aferido: 1.896
 - Data do índice: 31/12/2019
- Meta: 04FA - Apoiar a defesa dos direitos do torcedor e a segurança nos estádios.
- A Defesa dos Direitos do Torcedor no ano de 2019 primou por desenvolver ações de conscientização e promoção de direitos humanos, de prevenção a suas violações nos diversos espaços e ambientes desportivos, de valores dos esportes e de prevenção ao uso de álcool e outras drogas nos diversos espaços e ambientes esportivos e por intermédio do futebol.

Atenção especial foi dada aos direitos humanos voltados para a participação das mulheres no universo futebolístico, uma vez que tivemos a celebração da Copa do Mundo de Futebol Feminino na França.

Entendemos que a harmonização com o Poder Legislativo é fundamental para levar ao Congresso Nacional nossa visão dos direitos e defesa do torcedor. Desta forma, em parceria com a Comissão de Esporte da Câmara Federal (CESPO), participamos efetivamente da agenda legislativa nos seguintes eventos:

Dia 15/06 - criação da Subcomissão Permanente de Futebol.

Dia 07/09 - Seminário Inclusão Mulher no Futebol.

Dia 08/10 - Audiência Pública com o tema da violência física e psicológica no Esporte em crianças e adolescentes.

Dia 20/11- Audiência Pública com o tema dos Esportes de Combate para Reduzir a Violência

Dia 10/12- Seminário A Mulher no Futebol, Inclusão e Participação da Mulher

Classificação da Meta: Meta alcançada

- Meta: 04F9 - Apoiar equipes, atletas e competições para fortalecer a prática do futebol e suas modalidades derivadas.
 - Quantidade alcançada: 63 Eventos e projetos
 - Data de Referência: 28/01/2019
 - Classificação da Meta: Meta prevista ao final do PPA não declarada
- Meta: 04H0 - Construir e modernizar Infraestrutura Esportiva.
 - Quantidade alcançada: 69,48 % de contratos concluídos em relação aos firmados
 - Data de Referência: 10/01/2020
 - Classificação da Meta: Meta prevista ao final do PPA não declarada
- Meta: 04H1 - Cumprir o quantitativo de testes em competição e fora de competição.
 - Quantidade alcançada: 0,92 % de atletas testados em relação ao previsto
 - Data de Referência: 31/12/2019
 - Classificação da Meta: Meta prevista ao final do PPA não declarada
- Meta: 04GZ - Manter anualmente a contemplação de 64% dos atletas que se candidatarem ao programa bolsa atleta e que preencham todos os requisitos técnicos e esportivos.
 - Quantidade alcançada: 156 % ao ano
 - Data de Referência: 31/12/2019
 - Classificação da Meta: Meta alcançada

- Meta: 04GY - Manter anualmente o apoio em 66% das modalidades esportivas dos programas olímpicos e paraolímpicos.
 - Quantidade alcançada: 82 % ao ano
 - Data de Referência: 31/12/2019
 - Classificação da Meta: Meta não alcançada
- Meta: 04S7 - Estender o benefício da renúncia fiscal com ampliação dos valores efetivamente captados em todas as unidades da federação.
 - Quantidade alcançada: R\$ 294.763.589,10
 - Data de Referência: 31/12/2019
 - Classificação da Meta: Meta não declarada

- Endes:

- Eixo 5: Social

- ODS:

- Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
- Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;

Correspondência na Programação Orçamentária do Ministério

- Programa 5026 – Esporte

- Ação 09HW – Concessão de Bolsa a Atletas
- Ação 14TP - Implantação de Infraestrutura Esportiva de Alto Rendimento
- Ação 14TR – Implantação dos Centros de Iniciação ao Esporte – CIE
- Ação 20JO - Promoção e Apoio ao Desenvolvimento do Futebol Masculino e Feminino e Defesa dos Direitos do Torcedor
- Ação 20YA - Preparação de Atletas e Capacitação de Recursos Humanos para o Esporte de Alto Rendimento
- Ação 211Z - Desenvolvimento e Execução da Política Nacional Antidopagem
- Ação 216T - Gestão, Manutenção e Aperfeiçoamento da Rede Nacional de Treinamento
- Ação 216U - Preparação de Seleções Principais para Representação do Brasil em Competições Internacionais

<ul style="list-style-type: none"> ○ Ação 218F - Gestão e Manutenção do Legado Olímpico e Paraolímpico
Dados Acerca do Alcance do Objetivo Apresentado em Informes e Documentos Oficiais
<ul style="list-style-type: none"> ● Em 2019, foram destinados R\$ 140 milhões ao Bolsa Atleta, o dobro da dotação prevista inicialmente na LOA 2019, o que permitiu dobrar também o número de atletas apoiados – de 3 mil para 6 mil. Foram contemplados 100% dos atletas que se candidataram ao programa e que preencheram todos os requisitos. O resultado da política foi observado já nos Jogos Pan-Americanos, em Lima, no Peru, que apresentou recorde de medalhas: das 169 medalhas conquistadas pelo Brasil, 139 vieram de esportistas que recebem o Bolsa Atleta. Nos Jogos Parapan-Americanos, o destaque foi ainda maior, já que dos 308 pódios, 287 foram ocupados por bolsistas. Fonte: Relatório de Gestão 2019 ● O Plano de Distribuição de Testes (PDT) de 2019 previu a condução integral de 2.060 coletas de amostras válidas e atendeu 92% da meta. Fonte: Relatório de Gestão 2019
Principais Órgãos Envolvidos com a Temática (Aspecto Transversal)
<ul style="list-style-type: none"> ● Ministérios da Educação; Saúde
Estudos e Pesquisas Relacionados ao Tema
<ul style="list-style-type: none"> ● Diagnóstico Nacional do Esporte – Desporte (Ministério do Esporte – Brasília-2015)

Autoavaliação - Análise Descritiva dos Formulários

A este Objetivo estão relacionadas as Secretarias Nacionais de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR) e de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor (SNFDT), além do Departamento de Incentivo e Fomento ao Esporte (DIFE) e da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD). De forma geral, o desenho do objetivo estratégico foi positivamente avaliado pela SNEAR, SNFDT e pelo DIFE. As quatro unidades consideram que as demandas da sociedade estão caracterizadas e que há dimensionamento do público alvo. Para a SNFDT, os “programas estão bem caracterizados, com público alvo definido e distribuição geográfica bem definida.” A SNEAR apresenta a mesma percepção ao considerar que “o público-alvo está bem caracterizado e dimensionado”. Já com relação ao modelo lógico e aos indicadores, em que pese as áreas terem realizado avaliações mais particularizadas,

respondendo o questionário como “parcialmente”, apenas a SNEAR ressaltou que existe estudo inicial, com vistas a desenhar o modelo lógico e a teoria do Programa Bolsa Atleta.

A avaliação geral para a implementação do objetivo estratégico mesclou avaliações positivas e intermediárias. A SNDFT reforçou que a implementação das políticas da unidade está “embasada nas possibilidades orçamentárias” e que se buscou, durante o ciclo avaliativo, implantar “com mínimo de recursos a máxima eficácia (custo versus benefício)”, o que tornou possível atingir “um público maior com menos recursos”, a entrega dos produtos da SNFDT “foi maior no período”, em comparação ao exercício anterior. Outra alternativa encontrada pela SNFDT foi a busca por emendas parlamentares. A SNEAR considera que os recursos disponibilizados estão sendo executados de forma adequada ao proposto no objetivo estratégico; contudo ressaltou que as reduções nas dotações orçamentárias têm impactado negativamente o planejamento da Secretaria. Como houve suspensão temporária das competições esportivas, devido à pandemia do COVID-19, houve pouca correlação, no âmbito da ABCD, entre o executado e o planejamento, no tocante à realização de testes de controle de dopagem. Contudo, a unidade redirecionou os esforços para priorizar ações educativas na área de antidopagem. O DIFE identificou que houve grande correspondência entre o executado e o planejamento, contudo, ressaltou que um elemento do processo de trabalho, a captação de recursos pelos projetos desportivos/paradesportivos junto à iniciativa privada, foi negativamente impactado pela pandemia do COVID-19. Por fim, sobre aspectos da transparência ativa de objetivos, metas e resultados, as quatro unidades avaliam que é possível haver aprimoramentos visando maior afetividade. A SNEAR elenca que as informações atualmente são disponibilizadas “na Plataforma + Brasil, no Portal da Transparência (CGU), nos relatórios de auditoria dos órgãos de controle, no Relatórios de Gestão anual, no SIOP (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento), no Guia de Emendas Parlamentares, página oficial do Ministério da Cidadania e Serviços de Informação ao Cidadão – SIC”. A ABCD reforça que a unidade “tem como escopo a lisura da conduta dos atletas em relação ao uso de substâncias e métodos que fragilizem o espírito esportivo” e, seguindo essa lógica, adota o “amplo uso dos princípios da transparência e *accountability*, dispondo inclusive de um sítio eletrônico próprio (abcd.gov.br), que além de notícias, informações e documentos sobre as ações e temas da Secretaria, apresenta um painel de gestão”.

Com relação aos outros instrumentos de planejamento, a avaliação geral das unidades é de que o objetivo estratégico está parcialmente alinhado ao PPA 2020-2023, à ENDES e aos ODS. O DIFE ressaltou que os objetivos traçados “vão ao encontro aos indicadores do PPA 2020-2023”. Na ENDES, a SNEAR considera que a adequação do Eixo 5 (Social) “com o

esporte de alto rendimento ocorre de forma indireta, visto que o esporte educacional contribui para o desenvolvimento da base do esporte de alto rendimento". Por fim, sobre os ODS, SNEAR ressalta que, apesar de o termo esporte não aparecer entre os ODS, pode-se considerar que esteja associado com o ODS 3, que busca assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Por fim, sobre os resultados gerais alcançados pelo objetivo estratégico ao longo do período avaliativo, as Secretarias tiveram percepções distintas. A SNFDT considera que os resultados previstos foram integralmente alcançados, os quais foram mensurados por indicadores que "permitem fazer comparações por períodos definidos", possibilitando uma análise real dos resultados, especialmente do número de convênios e de pessoas atendidas pelo programa. Para a SNEAR, apesar de não haver um indicador preciso, uma vez que o existente atualmente mede a demanda/adesão ao programa, é possível afirmar que o Bolsa Atleta alcançou seus resultados previstos de forma integral. Contudo, o mesmo não pode ser afirmado com relação à infraestrutura esportiva, uma vez que houve "dificuldade para atender plenamente as demandas dos municípios e estados", especialmente por questões relacionadas à "baixa disponibilidade de recursos".

Como sugestões de melhorias e ajustes do objetivo para o próximo ciclo avaliativo, as Secretarias citam a capacitação e a ampliação do quadro de servidores, e a constituição de canal de comunicação mais efetivo com o parlamento. Por fim, o DIFE sugere a criação de "meta diretamente ligada com o incentivo ao desporto".

AVALIAÇÃO GERAL DE ALCANCE DO VALOR PÚBLICO PELO OBJETIVO 1.5 - Respostas do Questionário -					
	Não	Pouco	Parcialmente	Grande Parte	Totalmente
Total	0	1	20	12	7

Análise CGPA/SPOG

Com relação ao **Objetivo 1.5**, composto exclusivamente por políticas do esporte, considera-se que o desenho do objetivo ainda continua coerente com o cenário presente e as perspectivas futuras, tendo em vista o relato das áreas finalísticas de que a demanda social continua existindo e o público-alvo a ser beneficiado encontra-se bem identificado. O desenho do objetivo pode ainda ser incrementado à luz das novas perspectivas inseridas no contexto do Programa Brasil em Campo, especificamente acerca da implantação de Infraestrutura Esportiva de Alto Rendimento.

A avaliação também é positiva, com entregas adequadas ao público alvo e coerência entre o planejado e executado, sendo importante destacar a suspensão temporária de competições esportivas, devido à pandemia do COVID-19. Para as políticas voltadas para o esporte de alto rendimento, sob responsabilidade da SNEAR, o relato da área mostra que as entregas e a expansão das políticas dependem da disponibilidade de recursos orçamentários nos próximos exercícios. Nesse aspecto, considerando a possibilidade de que o contexto de restrição fiscal perdure para os próximos exercícios, a adequação das metas estabelecidas pode ser uma necessidade. A SNFDT ressalta a informação de que parte substancial dos recursos advém de emendas parlamentares e que a comunicação com esses não vem ocorrendo de forma satisfatória, o que demonstra que tal aspecto demandaria atenção por parte da Secretaria de forma a desenvolver estratégias que possam lidar com a questão.

Objetivo 1.6. Reduzir a pobreza e promover a equidade

Legislação Básica
<ul style="list-style-type: none"> • Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS); • Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004 – Institui o Programa Bolsa Família; • Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003 – Institui o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA (art. 19); • Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 – Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN; • Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013 – Institui o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Programa Cisternas; • Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010 - Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN; • Decreto nº 6.135, de 26 de julho de 2007 – Dispõe sobre o Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal; • Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004 – Regulamenta o Programa Bolsa Família.
Correspondência do Objetivo no Plano Plurianual e Outros Instrumentos de Planejamento
<ul style="list-style-type: none"> • PPA 2020-2023 – Programa 5028 - Inclusão Social por meio do Bolsa Família e da Articulação de Políticas Públicas <ul style="list-style-type: none"> ○ Resultado Intermediário 0136 - Ampliação do número de municípios aptos a receber apoio financeiro do Índice de Gestão Descentralizada (IGD)

- Indicador - Número de municípios recebendo apoio financeiro do Índice de Gestão Descentralizada (IGD)
 - Linha de Base (31/12/2019) - 4.781
 - Meta prevista para 2020 – 5.250
- Resultado Intermediário 0137 - Famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza contempladas no Programa Bolsa Família
 - Indicador - Taxa de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família frente a estimativa oficial de pobreza
 - Linha de Base (31/07/2019) - 13.800.000
 - Meta prevista para 2020 – 100,00
- PPA 2020-2023 – Programa 5033 - Segurança Alimentar e Nutricional
 - Resultado Intermediário 0142 - Ampliação do acesso à água para consumo humano e produção em territórios mais vulneráveis do semiárido
 - Indicador - Proporção de cisternas de acesso à água para consumo humano implementadas em municípios que se encontram em situação de pobreza, extrema pobreza e insegurança alimentar e nutricional
 - Linha de Base (31/12/2018) - 77
 - Meta prevista para 2020 – 80
 - Resultado Intermediário 0143 - Ampliação do número de agricultores familiares beneficiados pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)
 - Indicador - Proporção de agricultores familiares beneficiados pelo PAA localizados em municípios que se encontram em situação de pobreza, extrema pobreza e insegurança alimentar e nutricional
 - Linha de Base (31/12/2018) - 64
 - Meta prevista para 2020 – 65
- PPA 2020-2023 – Programa 5029 – Produção de Dados e Conhecimento para o Aprimoramento de Políticas Públicas
 - Resultado Intermediário 0138 - Ampliação do índice de informações atualizadas das famílias de baixa renda no Cadastro Único
 - Indicador - Taxa de atualização cadastral dos municípios brasileiros
 - Linha de Base (31/12/2019) - 83
 - Meta prevista para 2020 – 84
- Monitoramento PPA 2016-2019 – Ano Base 2019:
 - Indicador: Taxa de acompanhamento das condicionalidades de educação
 - Valor aferido: 93,07%
 - Data do índice: 31/12/2019

- Indicador: Taxa de acompanhamento das condicionalidades de saúde das crianças
 - Valor aferido: 63,35%
 - Data do índice: 30/06/2019

Observação: A redução do índice de 2018 para 2019 se justifica pela mudança no sistema de registro do acompanhamento das condicionalidades de saúde, que ocorreu no 2º semestre de 2018.
- Indicador: Rendimento médio mensal domiciliar per capita da agricultura familiar
 - Valor aferido: R\$ 833,13
 - Data do índice: 31/12/2018
- Indicador: Déficit de peso para idade de crianças de 0 a 5 anos acompanhadas nas condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família
 - Valor aferido: 4,44%
 - Data do índice: 31/12/2019

Observação: O valor aferido para o indicador nos anos anteriores sofreu atualização para os seguintes números:

2016 – 4,63% - referência 31/12/2016

2017 – 4,58% - referência 31/12/2017

2018 – 4,42% - referência 31/12/2018
- Meta: 00U3 - Ampliar as compras públicas da Agricultura Familiar, alcançando R\$ 2,5 bilhões
 - Quantidade alcançada: R\$ 1,53 Bilhões/ano
 - Data de Referência: 31/12/2019
 - Classificação da Meta: Meta não alcançada
- Meta: 01Y1 - Implantar 8.000 cisternas nas escolas
 - Quantidade alcançada: 4.875 Cisternas
 - Data de Referência: 17/01/2020
 - Classificação da Meta: Meta não alcançada
- Meta: 01Y6 - Implantar cisternas de placa e outras tecnologias sociais de acesso à água para consumo humano
 - Quantidade alcançada: 152.794 Tecnologias sociais de acesso à água
 - Data de Referência: 17/01/2020
 - Classificação da Meta: Meta prevista ao final do PPA não declarada
- Meta: 00SV - Acompanhar 50% de famílias do Programa Bolsa Família em fase de suspensão, por descumprimento de condicionalidades, nos serviços socioassistenciais, prioritariamente, no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)
 - Quantidade alcançada: 14,7 %

- Data de Referência: 31/12/2019
 - Classificação da Meta: Meta não alcançada
- Meta: 00T2 - Ampliar o número de municípios com padrão de gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único que estão aptos a receber apoio financeiro do Índice de Gestão Descentralizada (IGD)
 - Quantidade alcançada: 5.475 Municípios
 - Data de Referência: 31/12/2019
 - Classificação da Meta: Meta alcançada
- Meta: 04I1 - Aumentar o desempenho médio dos municípios na gestão do PBF e do Cadastro Único, com base no Índice de Gestão Descentralizada (IGD)
 - Quantidade alcançada: 86,16 %
 - Data de Referência: 31/12/2019
 - Classificação da Meta: Meta alcançada
- Meta: 03U4 - Transferir renda às famílias em situação de pobreza que atendam aos critérios de elegibilidade, conforme as estimativas de atendimento do Programa Bolsa Família
 - Quantidade alcançada: 95,87 %
 - Data de Referência: 14/01/2020
 - Classificação da Meta: Meta não alcançada
- Endes:
 - Eixo 5: Social
 - Eixo 1: Econômico
- ODS:
 - Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
 - Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;
 - Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
 - Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas
 - Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos;
 - Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;
 - Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;
 - Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

Correspondência na Programação Orçamentária do Ministério

- Programa 5028 - Inclusão Social por meio do Bolsa Família e da Articulação de Políticas Públicas
 - Ação 20IT - Aperfeiçoamento dos Mecanismos de Gestão, de Disseminação de Informações para o Público do Programa Bolsa Família e de Articulação com Outras Políticas Públicas
 - Ação 8442 - Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004)
 - Ação 8446 - Serviço de Apoio à Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família
 - Ação 00S4 - Auxílio Emergencial de Proteção Social a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade, Devido à Pandemia da COVID-19
 - 00SF - Auxílio Emergencial Residual para Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus (COVID-19)
- Programa 5031 - Proteção Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)
 - Ação 00H5 - Benefícios de Prestação Continuada (BPC) à Pessoa Idosa e da Renda Mensal Vitalícia (RMV) por Idade
 - Ação 00IN - Benefícios de Prestação Continuada (BPC) à Pessoa com Deficiência e da Renda Mensal Vitalícia (RMV) por Invalidez
 - Ação 2589 - Avaliação e Operacionalização do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e Manutenção da Renda Mensal Vitalícia (RMV)
 - Ação 8893 - Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS
 - Ação 21C0 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus
- Programa 5033 - Segurança Alimentar e Nutricional
 - Ação 20GD - Inclusão Produtiva Rural
 - 215I - Consolidação da Implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN
 - Ação 2792 - Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos

- Ação 2798 - Aquisição e Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar para Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional
- Ação 8948 - Apoio a Tecnologias Sociais de Acesso à Água para Consumo Humano e Produção de Alimentos na Zona Rural

Dados Acerca do Alcance do Objetivo Apresentados em Informes e Documentos Oficiais

- No Bolsa Família, o Ministério realizou o pagamento da 13ª parcela no mês de dezembro, que beneficiou cerca de 13,78 milhões de famílias. Também houve importantes aperfeiçoamentos na gestão do Programa, como a revisão cadastral por meio do cruzamento de diversas bases de dados oficiais, que implicou o cancelamento de 1,09 milhão de benefícios irregulares, com uma economia de R\$ 1,4 bilhão para o país.
R\$ 32,5 bilhões repassados às famílias em 2019.
Fonte: Relatório de Gestão 2019
- Programa Cisternas 2019
25.709 famílias atendidas com cisternas de água para consumo humano, sendo quase 2 mil em comunidades quilombolas e aldeias indígenas.
4.784 famílias com cisternas de água para produção
566 escolas públicas rurais com cisternas escolares
Captação de cerca de R\$ 78,4 milhões advindos do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos
Implementação de 690 cisternas em comunidades quilombolas atingidos pelo rompimento da barragem em Brumadinho
Fonte: Relatório de Gestão 2019
- PAA 2019
R\$ 131 milhões pagos a 31.786 agricultores familiares
49,3% eram mulheres rurais
40 mil toneladas de alimentos vendidos por meio da modalidade Compra com Doação Simultânea
Alimentos doados a 6.405 entidades das redes públicas de educação e socioassistencial
Incremento de 17% nas compras executadas por órgão da União, alcançado mais de R\$ 285 milhões
113 veículos adquiridos e repassados para o transporte de alimentos em municípios executores de ações de programa
Fonte: Relatório de Gestão 2019
- PAA Leite 2019
R\$ 88,7 milhões investidos
Aquisição de 33 milhões de litros de leite

8.014 agricultores familiares beneficiados com a venda de leite

3.960 entidades da rede socioassistencial

55 mil famílias do semiárido atendidas

Fonte: Relatório de Gestão 2019

- Publicação da Medida Provisória nº 929, de 25 de maio de 2020 que abriu crédito extraordinário de R\$ 3.419.598.000 em favor de quatro ministérios: Cidadania; Defesa; Relações Exteriores; e Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Do total do crédito extraordinário, R\$ 3.037.598.000 são direcionados ao Bolsa Família. Com isso, ficam garantidos os recursos para a inclusão de 1,2 milhão de novas famílias, levando o benefício a 14.290.000 famílias em abril de 2020, recorde do programa, criado em 2004.

Fonte: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/medida-provisoria-garante-mais-de-r-3-bilhoes-para-o-bolsa-familia>

- Auxílio-Emergencial – Criado para assegurar uma renda mínima aos brasileiros em situação mais vulnerável durante a pandemia da COVID-19, o benefício de R\$ 600,00 é garantido a todos os brasileiros que se enquadram nos critérios da Lei nº 13.982, de 02 de abril de 2020
- O Auxílio Emergencial foi prorrogado por mais dois meses, pelo Decreto nº 10.412, de 30 de junho de 2020, e já creditou mais de R\$ 116 bilhões para os milhões de beneficiários do programa. (Dados de 30/06/2020)

Fonte: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/auxilio-emergencial-do-governo-brasileiro-alcanca-mais-da-metade-da-populacao>

Auxílio Emergencial Residual, instituído pela Medida Provisória nº 1000, de 02 de setembro de 2020 estabelece pagamento de benefício no valor de R\$ 300,00 até o final de 2020.

Principais Órgãos Envolvidos com a Temática (Aspecto Transversal)

- Ministérios da Educação; Saúde; Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Desenvolvimento Regional

Estudos e Pesquisas Relacionados ao Tema

- Avaliação de impacto dos programas Fomento Rural e Cisternas-Segunda Água: metodologia e resultados da linha de base
(Caderno de Estudos nº 34 - SAGI/MC – Brasília-2019)
- Inovação na gestão de benefícios do Programa Bolsa Família: a nova dinâmica das entradas e saídas
(Caderno de Estudos nº 33 - SAGI/MC – Brasília-2019)

- Aprimoramento da gestão do Benefício de Prestação Continuada (BPC): o Grupo de Trabalho Interministerial
(Caderno de Estudos nº 29 - SAGI/MC – Brasília-2018)
- A Focalização do Programa Bolsa Família (PBF) no Período 2012-2018, a Partir dos Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)
(TD 2567 – IPEA – Rio de Janeiro-2020)
- Os Efeitos do Programa Bolsa Família sobre a Pobreza e a Desigualdade: um balanço dos primeiros quinze anos
(TD 2499 – IPEA – Rio de Janeiro-2019)
- Programa de Aquisição de Alimentos e Segurança Alimentar: modelo lógico, resultados e desafios de uma política pública voltada ao fortalecimento da agricultura familiar
(TD 2482 – IPEA – Brasília-2019)
- Coordenação do Bolsa Família nos Sistemas de Políticas Públicas
(TD 2451 – IPEA – Brasília-2019)
- Pesquisa Suplementar de Segurança Alimentar PNAD 2013
(IBGE – Rio de Janeiro-2014)
- Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018 Análise da Segurança Alimentar no Brasil
(IBGE – Rio de Janeiro-2020)

Autoavaliação - Análise Descritiva dos Formulários

As Secretarias Nacionais de Renda de Cidadania (SENARC) e de Inclusão Social e Produtiva (SEISP) são as protagonistas na condução das políticas relacionadas a este Objetivo. A Secretaria Nacional do Cadastro Único (SECAD) é responsável pelo Cadastro Único, instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda que são alvo das políticas geridas pelas demais Secretarias, especialmente o Bolsa Família. O desenho do objetivo foi positivamente avaliado pela SENARC, SECAD e SEISP. Para as três áreas finalísticas, as demandas da sociedade foram claramente identificadas, sendo o público-alvo bem caracterizado e dimensionado de forma precisa (quantidade e distribuição geográfica). A SENARC ressalta que as demandas sociais abrangidas pelo objetivo “são aquelas decorrentes do estado de extrema pobreza e pobreza de parcela considerável da população brasileira”. Na mesma linha, para a SEISP, as demandas como “a falta de acesso ou o acesso precário à água de qualidade é uma situação ainda presente na realidade brasileira”. A SENARC reforça que, durante o ciclo avaliativo, conforme se observa nos registros atualizados do Cadastro Único, esses segmentos da população, que são o público-alvo do objetivo, “continuam a apresentar a mesma situação de

vulnerabilidade social, tendo havido uma piora no quadro geral em função da perda de renda generalizada da população brasileira decorrente da pandemia do Covid-19". Com relação ao modelo lógico e aos indicadores, a SENARC e a SECAD os classificam como parcialmente relacionados ao objetivo estratégico, tanto o Programa Bolsa Família, quanto o Cadastro Único, apresentam modelo lógico desenhado a partir de insumos, processos, produtos, resultados e impactos. A SEISP ressalta que na formulação do Programa de Aquisição de Alimentos não foi construído um modelo lógico, porém, durante o ciclo avaliativo, foi realizada parceria com o IPEA que corroborou em sua análise que "as hipóteses que embasaram a política são corretas e continuam válidas". De forma geral, houve convergência de percepção pelas unidades finalísticas quanto à avaliação da implementação do objetivo. A SEISP e a SENARC consideram que há total correspondência entre o executado e o planejado durante o ciclo avaliativo, com avaliação positiva sobre a adequação das entregas ao público-alvo. A SEISP, por exemplo, considera que a unidade tem avançado "de maneira consistente na execução das ações de apoio à implantação ou modernização de equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional". Sobre o PAA, a SEISP afirma que "vem sendo executado em total acordo ao seu desenho". Na mesma linha, a SENARC considera que "a sua execução está ocorrendo de acordo com o planejado e conforme o orçamento aprovado pelo Congresso Nacional". Nesse contexto, a SECAD ressalta as periódicas ações de qualificação da base de dados do Cadastro Único, "de modo a promover cada vez mais a focalização dos programas usuários do Cadastro Único", e, conseqüentemente, garantir entregas adequadas ao público-alvo do objetivo. Com relação à alocação de recursos, tanto a SENARC quanto a SECAD avaliam positivamente. Segundo a SENARC, apesar de ter ocorrido situações de restrição orçamentária ao longo do ciclo avaliativo, a qual gerou "represamento das concessões para famílias habilitadas", a alocação de recursos da política "está sendo eficiente e em grande parte adequada". A SEISP, por sua vez, percebe cenários diferentes quanto à alocação de recursos. Apesar de considerá-la em grande parte eficiente e adequada ao proposto pelo objetivo, identifica dificuldades na formalização de parcerias (convênios, termos de parceria ou de colaboração e contratos de repasse). Por fim, quanto aos aspectos de transparência ativa do objetivo, as três Secretarias consideram haver total transparência. A SEISP, por exemplo, divulga dados administrativos e de contratos de repasse em painéis públicos no portal do Ministério da Cidadania e da Caixa Econômica Federal. Dados individuais e agregados dos beneficiários do Programa Bolsa Família também são disponibilizados pela SENARC por meio do site da Transparência da CGU. A SECAD divulga mensalmente por meio da ferramenta CECAD - Sistema de Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único, informações

extraídas da base de dados de forma agregada, também disponível em transparência ativa.

Sobre o alinhamento do objetivo aos instrumentos de planejamento, as três unidades finalísticas concordam que o objetivo está plenamente alinhado ao PPA, à ENDES e aos ODS. No PPA 2020-2023, por exemplo, o Programa 5033 – Segurança Alimentar e Nutricional tem como objetivo “ampliar a oferta e o acesso à água e a alimentos adequados e saudáveis para as pessoas em situação de vulnerabilidade social fortalecendo o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Na mesma linha se encontra o Programa 5028 – Inclusão Social por meio do Bolsa Família e da Articulação de Políticas Públicas, que tem indicador plenamente alinhado ao objetivo estratégico. Ele estabelece a relação entre o quantitativo de famílias pobres e extremamente pobres que são contempladas pela política e o quantitativo daquelas famílias contidas no Cadastro Único que assim se caracterizam, tendo ainda como linha de base o total de famílias dos dados censitários do IBGE que se encontra naquelas condições. Com relação à ENDES, a SEISP assegura que “ações desta unidade estão totalmente alinhadas com a diretriz da ENDES de promover o bem-estar, a cidadania e a inclusão social”. A SECAD reforça que o “Cadastro Único é o meio necessário para que se possa, a partir das diversas políticas que se utilizam dele para seleção de beneficiário e que tem por objetivo a diminuição das desigualdades sociais nacionais, regionais e locais, viabilizar a transferência condicionada de renda às famílias pobres e extremamente pobres”. Finalmente, sobre os ODS, as Secretarias relacionaram o objetivo estratégico alinhado aos ODS 1, 2, 3, 5, 6, 10, 12, 13 e 17.

Por fim, a avaliação geral dos resultados pelas unidades finalísticas foi positiva. Sobre a existência de indicadores para mensuração do alcance e da evolução do objetivo a SEISP ressaltou o SIG Cisternas, que consiste em “sistema informatizado utilizado no âmbito do Programa Cisternas para o registro de informações associadas à implementação das tecnologias sociais de acesso à água”. Para o Programa Bolsa Família, a SENARC identificou dois indicadores para mensurar os resultados intermediários, que “apresentam números exatos do alcance obtido na implementação” da política: a) número de municípios recebendo apoio financeiro do Programa; e b) taxa de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família frente a estimativa de pobreza. Já no âmbito da SECAD, o indicador utilizado é Taxa de Atualização Cadastral, TAC, e apresenta números que refletem as ações realizadas tanto pela gestão federal, quanto pela ação municipal. Nesse contexto, as Secretarias apontam que os resultados previstos para o ciclo avaliativo foram em grande parte alcançados; contudo, como ressaltou a SEISP, estiveram associados à “disponibilidade orçamentária federal” e ao “agravo da pandemia do COVID-19”. Sobre

possíveis melhorias ou mudanças para o próximo ciclo avaliativo, a fim de aprimorar o alcance do objetivo, para a SEISP, é primordial o aprimoramento da coleta de dados e a integração de outras ações de inclusão produtiva. A SENARC e a SECAD vislumbram a necessidade de aprimoramentos no Cadastro Único, seja pela ampliação da melhoria dos processos de qualificação dos registros, seja pela integração do Cadastro Único com outros registros administrativos do Governo Federal.

AVALIAÇÃO GERAL DE ALCANCE DO VALOR PÚBLICO PELO OBJETIVO 1.6					
- Respostas do Questionário -					
	Não	Pouco	Parcialmente	Grande Parte	Totalmente
Total	2	0	6	13	29

Análise CGPA/SPOG

O Objetivo 1.6 “Reduzir a pobreza e promover a equidade” resume o que pode ser considerado uma das grandes aspirações da sociedade brasileira. Para isso, conta principalmente com políticas de transferência de renda, que notadamente vem produzindo resultados que contribuem de forma relevante para o alcance desse Objetivo, e também com políticas de segurança alimentar e nutricional. O efeito da pandemia foi tão relevante para este Objetivo que, de certo modo, fica prejudicada uma real avaliação sobre o alcance do mesmo.

Vale ressaltar a exigência de avanços na gestão do Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada, conforme disposto na meta 1.6.1, que são ainda mais prementes considerando-se os efeitos econômicos e sociais da pandemia. Este evento tornou mais evidente a necessidade de uma focalização mais rigorosa desses Programas para que os recursos sejam dirigidos ao conjunto, ora ampliado, de pessoas que realmente necessitam, em um contexto de restrição fiscal crescente.

A estrutura lógica da caracterização do problema referenciado no Objetivo 1.6 continua válida, a saber, “demandas sociais decorrentes do estado de extrema pobreza e pobreza de parcela considerável da população brasileira”. Os segmentos da população que são o público-alvo do objetivo “continuam a apresentar a mesma situação de vulnerabilidade social, tendo havido uma piora no quadro geral em função da perda de renda generalizada da população brasileira decorrente da Pandemia do Covid-19”. Nesse contexto, uma primeira inferência aponta para a necessidade de ajuste no dimensionamento preciso do público-alvo, no que diz respeito à quantidade e à distribuição geográfica, bem como revisões relativas a insumos, processos, produtos, resultados e impactos, elementos do modelo lógico. Nesse sentido, a eventualidade de um

cenário de agravamento da situação econômica e social no período pós pandemia do COVID-19 associado ao fim iminente do pagamento do Auxílio Emergencial, representa grandes desafios relacionados ao Objetivo.

Durante o ciclo avaliativo, foi possível identificar boa adequação das entregas do **Objetivo 1.6** ao público-alvo. Apesar de todas as mudanças de contexto provenientes da situação de pandemia, o processo de transformação dos insumos em produtos está bem consolidado e mapeado. Ajustes pontuais são necessários apenas para melhor qualificação da base de dados do Cadastro Único, de modo a promover cada vez mais a focalização e otimização dos processos de trabalho.

Nesse sentido, o relato da SENARC e SECAD reforçam a importância das medidas de atualização e revisão cadastral, de melhoria da integração das informações presentes em registro administrativos, bem como de avanços tecnológicos no processamento dessas informações como fatores de melhoramento da eficiência na gestão do PBF e diversos outros programas. Tais medidas auxiliam na identificação de pagamentos feitos indevidamente, propiciando o redirecionamento desses recursos para pagamentos a quem de fato faz jus ao pagamento do benefício.

Com relação ao PAA, a política vem ao longo dos anos conseguindo tratar de forma adequada questões relacionadas ao desenho e implementação da política, conforme informações prestadas pela SEISP, que esclarece que as melhorias necessárias para obter melhores resultados se referem a melhorias em sistemas de informação utilizados para a gestão do Programa. O PAA, diga-se, é uma política com um desenho reconhecidamente engenhoso, em virtude de atender simultaneamente a dois públicos em situação de vulnerabilidade – o pequeno agricultor familiar e pessoas em situação insegurança alimentar.

Quanto aos equipamentos públicos voltados ao fornecimento de alimentos, a unidade relata dificuldades na relação com os entes subnacionais responsáveis pela implementação da política no tocante a dificuldade de atendimento a normas relacionadas à gestão orçamentária e financeira e a obtenção de dados relacionados ao público atendido e aos serviços prestados nos equipamentos. Em conformidade com o reconhecido pela unidade responsável, a melhoria de tais aspectos contribuiria para “análise dos impactos e resultados, além de melhor identificar a demanda e as possibilidades de incremento da política”.

Em suma, de modo geral, o balanço é positivo para esse Objetivo, em que pese o aumento da demanda em razão da pandemia e da deterioração da situação econômica do país

– os problemas relatados pelas áreas estão majoritariamente associados a estas questões. Os problemas de implementação apontados parecem não comprometer significativamente os resultados. Por fim, cabe salientar que as políticas do Bolsa Família e do Cadastro Único estão sendo demandadas ao extremo no decorrer da pandemia, o que gera um grande aprendizado que abre espaço para importantes aperfeiçoamentos futuros. A existência de ambos os Programas, maduros e consolidados, foi decisivo para mitigar os problemas causados pelo evento pandêmico e permitiu que a geração de valor público pelo Objetivo 1.6 fosse tempestiva.

Objetivo 1.7. Fomentar projetos e ações de promoção da cidadania e inclusão de pessoas com deficiência

Legislação Básica

- Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 - Institui normas gerais sobre o desporto ("Lei Pelé");
- Lei nº 13.343, de 23 de agosto de 2006 - Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad;
- Lei nº 13.840, de 5 de junho de 2019 - Nova Lei de Drogas;
- Decreto nº 9.906, de 9 de julho de 2019 - Institui o Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado;
- Portaria Nº 1.844, de 25 de setembro de 2019 - Chamamento Público - SENAPRED, com a finalidade de selecionar Organizações da Sociedade Civil, que atuem no atendimento a pessoas com transtornos decorrentes do uso e dependência de álcool e outras drogas

Correspondência do Objetivo no Plano Plurianual e Outros Instrumentos de Planejamento

- PPA 2020-2023 – Programa 5026 – Esporte
 - Resultado Intermediário 0129 - Ações de paradesporto fomentadas
 - Indicador - Número de paraatletas e profissionais apoiados em relação ao registrado no ano de 2019
 - Meta prevista para 2020 – 600
 - Resultado Intermediário 0132 - Ampliação e qualificação do acesso ao esporte educacional, recreativo e ao lazer para todas as idades.
 - Indicador - População beneficiária por programas educacionais, de participação e do lazer financiados pelo Ministério da Cidadania
 - Linha de Base (31/12/2019) - 580.446
 - Meta prevista para 2020 – 594.957

- Resultado Intermediário 0130 - Ampliação do apoio a núcleos de formação em futebol, torneios de futebol e eventos de capacitação profissional
 - Indicador - Número de núcleos de formação em futebol implantados, torneios de futebol e eventos de capacitação profissional apoiados, em relação ao registrado no ano de 2019
 - Linha de Base (31/12/2019) - 60
 - Meta prevista para 2020 – 60
- PPA 2020-2023 – Programa 5031 - Proteção Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)
 - Resultado Intermediário 0139 - Ampliação cobertura dos serviços e programas referenciados nos CRAS
 - Indicador - Taxa de cobertura de famílias em situação de vulnerabilidade e risco social por serviços e programas de assistência social referenciados nos CRAS
 - Linha de Base (31/12/2018) - 82,50
 - Meta prevista para 2020 – 82,50
 - Resultado Intermediário 0140 - Ampliação cobertura dos serviços e programas referenciados nos CREAS
 - Indicador - Taxa de cobertura de famílias em situação de vulnerabilidade e risco social por serviços e programas de assistência social referenciados nos CREAS
 - Linha de Base (31/12/2018) – 84,40
 - Meta prevista para 2020 – 84,40
- PPA 2020-2023 – Programa 5032 - Rede de Suporte Social ao Dependente Químico: Cuidados, Prevenção e Reinserção Social
 - Resultado Intermediário 0141 - Ampliação do número de atendimentos em Comunidades Terapêuticas, compreendendo cuidados, prevenção e reinserção social de dependentes químicos
 - Indicador - Número de atendimentos em Comunidades Terapêuticas, compreendendo cuidados, prevenção e reinserção social de dependentes químicos, em relação ao número de atendimentos registrados no ano de 2019
 - Linha de Base (31/12/2019) – 11.000
 - Meta prevista para 2020 – 22.000
- Monitoramento PPA 2016-2019 – Ano Base 2019:
 - Meta: 04D7 - Ampliar e qualificar canais de comunicação com capacidade de interatividade e intervenção para a prevenção ao uso de álcool e outras drogas.
 - Análise Situacional da Meta:

- Visando o cumprimento da Lei de Acesso à Informação, aprimoramos as respostas das demandas oriundas do SEI – Sistema Eletrônico de Informação, encurtamos o tempo de resposta das demandas originadas no SGD – Sistema de Gestão de Demandas da ouvidoria e uniformizamos as respostas provenientes da Central de Atendimento pelo “ligue 121”, com reais avanços na relação cidadão com os assuntos relativos às drogas lícitas e ilícitas.
- Reativação do Observatório Brasileiro sobre Drogas, OBID, trazendo um enfoque atualizado e alinhado com a Nova Lei e Política Nacional sobre Drogas, ambas sancionadas em 2019.
- E em nível nacional, foi lançada a Campanha de Prevenção ao Uso de Drogas “Você nunca será livre se escolher usar drogas”, com massiva difusão nos diversos meios de comunicação e mídias sociais.
- Classificação da Meta: Meta alcançada
- Meta: 04D9 - Promover a qualificação da rede socioassistencial em ações intersetoriais para prevenção ao uso de álcool e outras drogas em 1.008 municípios.
 - Quantidade alcançada: 1.312 Municípios
 - Data de Referência: 31/12/2019
 - Classificação da Meta: Meta alcançada
- Meta: 04GN - Ampliar e qualificar o acesso ao esporte aos escolares, por meio de programas sociais, preferencialmente Segundo Tempo, Forças no Esporte, Esporte da Escola no Programa Mais Educação, voltados à formação integral, com ênfase nas áreas em situação de vulnerabilidade social com redução das desigualdades regionais.
 - Quantidade alcançada: 98.840 Beneficiários
 - Data de Referência: 31/12/2019
 - Classificação da Meta: Meta prevista ao final do PPA não declarada
- Meta: 04GO - Ampliar e qualificar o acesso ao esporte recreativo e ao lazer para todas as idades, por meio de núcleos comunitários, preferencialmente Programa Esporte e Lazer da Cidade e Programa Vida Saudável, com ênfase nas áreas de vulnerabilidade social com redução das desigualdades regionais.
 - Quantidade alcançada: 165.440 Atendimentos
 - Data de Referência: 31/12/2019
 - Classificação da Meta: Meta prevista ao final do PPA não declarada
- Meta: 04GQ - Ampliar o apoio a eventos esportivos de caráter educacional e participativo, de forma inclusiva e cooperativa, que valorizem a diversidade cultural, com realização de 463 projetos.
 - Quantidade alcançada: 500 Projetos de eventos

- Data de Referência: 31/12/2019
- Classificação da Meta: Meta alcançada

• Endes:

- Eixo 5: Social

• ODS:

- Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
- Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
- Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
- Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.

Correspondência na Programação Orçamentária do Ministério

• Programa 5026 – Esporte

- Ação 20JP - Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos e Eventos de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social
- Ação 5450 - Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer
- Ação 21CK - Promoção e Desenvolvimento do Paradesporto Nacional

• Programa 5031 - Proteção Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

- Ação 219E - Ações de Proteção Social Básica
- Ação 219F - Ações de Proteção Social Especial
- Ação 219G - Estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

• Programa 5032 - Rede de Suporte Social ao Dependente Químico: Cuidados, Prevenção e Reinserção Social

- Ação 20R9 - Prevenção de Uso de Drogas, Cuidados e Reinserção Social de Pessoas e Famílias que têm Problemas com Álcool e Outras Drogas

Dados Acerca do Alcance do Objetivo Apresentado em Informes e Documentos Oficiais

- Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) 2019:
60 parcerias vigentes
387 núcleos implementados

144.500 beneficiários de todas as idades

Fonte: Relatório de Gestão 2019

- Programa Vida Saudável 2019:

13 convênios vigentes

13 mil idosos beneficiados

65 núcleos implementados

Fonte: Relatório de Gestão 2019

- Programa Redes CEDES 2019:

102 projetos de pesquisas

6 livros publicados

5 artigos científicos

3 eventos científicos

2 cursos de qualificação de gestores

Fonte: Relatório de Gestão 2019

- Projeto Luta pela Cidadania 2019:

5 convênios vigentes

7.940 beneficiados

40 núcleos implementados

Fonte: Relatório de Gestão 2019

- Brincando com Esporte 2019:

23 parcerias vigentes

50 núcleos implementados

20 mil crianças, adolescentes e jovens beneficiados

Fonte: Relatório de Gestão 2019

- Programa Segundo Tempo 2019:

95 parcerias vigentes

391 núcleos implementados

46.040 beneficiados

Fonte: Relatório de Gestão 2019

- Programa Segundo Tempo – Forças no Esporte PROFESP 2019:

3 parcerias vigentes

528 núcleos implementados

52.800 beneficiados

Fonte: Relatório de Gestão 2019

- Infraestrutura para o Esporte Educacional, recreativo e de lazer 2019:

728 novas parcerias

2.127 contratos de repasse vigentes 537 obras concluídas Fonte: Relatório de Gestão 2019
Principais Órgãos Envolvidos com a Temática (Aspecto Transversal)
<ul style="list-style-type: none"> Ministérios da Justiça; Saúde; Educação; Mulher, Família e Direitos Humanos
Estudos e Pesquisas Relacionados ao Tema
<ul style="list-style-type: none"> Diagnóstico Nacional do Esporte – Diesporte (Ministério do Esporte – Brasília-2015)

Autoavaliação - Análise Descritiva dos Formulários

As Secretarias Nacionais de Assistência Social (SNAS), de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNELIS) e de Cuidados e Prevenção às Drogas (SENAPRED) são as responsáveis pelas políticas relacionadas ao Objetivo 1.7. As duas primeiras Secretarias apresentaram, de forma geral, percepções aproximadas quanto à avaliação do desenho do objetivo. A SNAS considera que as demandas da sociedade foram apenas parcialmente caracterizadas. Na mesma linha, para a SNELIS, apesar de considerar inicialmente que as demandas foram em grande parte identificadas, ressalta que, durante o ciclo avaliativo, foram mapeadas novas demandas para fomento de ações específicas para o público surdo, que não se enquadram no paradesporto ou no esporte convencional, e para o público idoso, que teve mudança de perfil. Observações semelhantes foram apontadas pelas Secretarias para a questão do dimensionamento do público-alvo. A SNELIS considera que o “público está caracterizado, porém o dimensionamento não é confiável”, fator relacionado principalmente à falta de atualização dos dados do censo demográfico e do censo escolar. Com relação ao modelo lógico e indicadores, tanto a SNELIS quanto a SNAS, apontam para sua inexistência. A SNELIS ressalta que “não há modelo lógico e nem indicadores implementados”. Os relatórios de avaliação de impacto que eram produzidos pelas Universidades parceiras, em períodos anteriores, foram descontinuados após o encerramento das parcerias em 2019.

A avaliação acerca da implementação do objetivo ao longo do período avaliativo identificou aspectos oscilantes. Apesar de as entregas serem consideradas em grande parte adequadas ao público-alvo, a pouca ou parcial correspondência entre o executado e o planejado inicialmente no desenho do programa pode ser associada à alocação de

recursos. Na percepção da SNEIS, por exemplo, uma meta foi prejudicada pelo contingenciamento do orçamento em 2019, em que se percebe uma “incompatibilidade entre a busca pela ampliação da cobertura de programas e a redução de alocação orçamentária”. Por fim, também são identificados aspectos negativos para a transparência ativa de objetivos, metas e resultados. Para a SNAS, não há transparência ativa nesta agenda. A SNEIS tem posicionamento parecido ao avaliar que os canais hoje existentes “não atingem a sociedade de uma forma eficiente”.

Sobre a questão de alinhamento do objetivo aos instrumentos de planejamento, a SNAS considera que há pouco alinhamento ao PPA 202-2023, grande parte do objetivo está alinhado à ENDES e há total alinhamento aos ODS. Já a SNEIS considera o objetivo em grande parte alinhado ao PPA 2020-2023, à ENDES e aos ODS.

A avaliação geral dos resultados alcançados durante o ciclo avaliativo se mostrou prejudicada tanto para a SNEIS quanto para a SNAS, uma vez que as Secretarias não identificaram a existência de indicadores próprios para mensuração do alcance e evolução do objetivo. Alguns dos fatores que contribuíram para o não alcance dos resultados esperados, para a SNAS, estão relacionados com a inexistência de um “mapeamento do déficit das estruturas/unidades de serviços existentes”. Para a SNEIS, o não alcance dos resultados esperados estão associados à redução do quantitativo de colaboradores, às mudanças frequentes nas camadas de gestão do Ministério, ao fato de que a maior parte de emendas parlamentares serem direcionadas para a realização de eventos pontuais de curta duração ou de baixa relevância e ao contingenciamento do orçamento federal. Para o próximo ciclo avaliativo, a fim de alcançar o objetivo estratégico, a SNAS vislumbra a necessidade de ampliação de cobertura e aperfeiçoamento das ações da Assistência Social. Já SNEIS sugere a ampliação das parcerias intersetoriais, interministeriais e com entidades desportivas da sociedade civil.

Por fim, a SENAPRED, reconhece a existência de pessoas portadoras de necessidades especiais em tratamento em Comunidades Terapêuticas, contudo, considera que o desenho do Objetivo Estratégico 1.7, em relação ao produto proposto pela SENAPRED, é destoante. Assim, sugere que a agenda de promoção da cidadania e inclusão de pessoas com deficiência, específica para Comunidades Terapêuticas, seja incluída no Objetivo Estratégico 1.3, referente à promoção de forma integrada e articulada de políticas de proteção social para pessoas em situação de vulnerabilidade, risco social e violação de direitos.

AVALIAÇÃO GERAL DE ALCANCE DO VALOR PÚBLICO PELO OBJETIVO 1.7 - Respostas do Questionário -					
	Não	Pouco	Parcialmente	Grande Parte	Totalmente
Total	3	4	5	7	1

Análise CGPA/SPOG

Por fim, o **Objetivo 1.7** "Fomentar projetos e ações de promoção da cidadania e inclusão de pessoas com deficiência" também apresenta necessidade de ajustes estruturais em seu desenho. As demandas da sociedade foram apenas parcialmente caracterizadas, ademais, durante o ciclo avaliativo, foram mapeadas novas demandas para fomento de ações específicas para pessoas com deficiências, tendo em vista a recém criação da Secretaria Nacional de Paradesporto e para a democratização do livre acesso à prática esportiva (identificadas pelo Programa Brasil em Campo). Nessa mesma linha, o público-alvo não está corretamente dimensionamento, uma vez que não há informações precisas acerca da quantidade e da distribuição geográfica. Há necessidade também de definição de indicadores.

Para as políticas sob gestão da SNELIS, destaca-se a importância do mapeamento das demandas e necessidades relacionadas ao público surdo e também para o público idoso de forma que então possa-se promover os ajustes necessários no desenho das políticas voltas para esse público. Outro ponto de atenção refere-se a dificuldade de obtenção, por parte da Secretaria, de dados de qualidade para mensuração do público-alvo, considerando a desatualização das informações sobre o Censo Escolar e do Censo Demográfico.

O **Objetivo 1.7** apresentou aspectos oscilantes em sua implementação. Apesar de as entregas serem consideradas em grande parte adequadas ao público-alvo, a pouca ou parcial correspondência entre o executado e planejado inicialmente no desenho do programa pode ser associada às debilidades na alocação de recursos.

Para as políticas sob gestão da SNELIS, considerando a informação que parte dos recursos advém de emendas parlamentares e que a comunicação com esses atores poderia ser melhorada demonstra que tal aspecto demandaria atenção por parte da Secretaria de forma a desenvolver estratégias que possam lidar com a questão.

Para as ações de responsabilidade da SNAS, a unidade relata dificuldades em atender ao plano no que diz respeito à diminuição das desigualdades regionais, considerando que os investimentos na rede assistência vem ocorrendo por meio de recursos advindos de

emendas parlamentares. Dessa forma, deve-se avaliar a possibilidade de manter esse direcionador no ciclo de vigência do plano, notadamente considerando a informação de que “não existe um mapeamento do déficit das estruturas/unidades de serviços existentes (quanto à adequação às demandas do território), nem da distribuição geográfica dessa desigualdade.”

RECOMENDAÇÕES

Inicialmente, cabe salientar que esta avaliação foi concentrada nos Objetivos Estratégicos e suas respectivas Metas, que se constituem as referências das atividades e entregas da instituição. Dessa forma, os direcionadores estratégicos – Missão, Visão de Futuro, Valores, Valor Público e as Entregas para a Sociedade – não foram abordados diretamente nesta avaliação. No entanto, o presente relatório fornece parte dos elementos necessários para eventual alteração desses atributos a ser realizado oportunamente quando da revisão do plano em conjunto com a alta administração da Pasta, de forma a manter o planejamento alinhado às prioridades do Ministério.

As três questões básicas que guiaram esta avaliação, sobre as quais foram feitas reflexões a partir das informações apuradas nas fases anteriores, foram:

- Se as premissas e as prioridades que fomentaram a geração do Objetivo Estratégico ainda são válidas;
- Se, ao longo do ciclo avaliativo, o Objetivo Estratégico foi capaz de gerar seu valor público potencial;
- Se as políticas que compõem o Objetivo Estratégico necessitam de ajustes para alcançar de forma mais efetiva, no próximo ciclo avaliativo, a geração de seu valor público potencial.

As respostas da primeira questão estão relacionadas com as demandas da sociedade e com as diretrizes estratégicas do Ministério. Assim, é recomendável haver uma convergência entre a política pública ofertada e as demandas da sociedade. O principal resultado esperado para um Objetivo Estratégico é a geração de valor público. A segunda questão colocada nessa avaliação buscou, portanto, identificar se as políticas relacionadas ao Objetivo Estratégico foram capazes, durante o ciclo avaliativo, de ofertar respostas efetivas a necessidades ou demandas coletivas e se trouxeram resultados que modificaram aspectos da sociedade. Vale sempre lembrar que o valor público gerado deve ser algo compartilhado, imaginado e articulado entre os cidadãos, de forma que ganhe legitimidade e suporte para que seja possível sua operacionalidade. Por fim, a terceira questão busca identificar quais elementos do desenho, da implementação e dos resultados do Objetivo Estratégico necessitam de ajustes e aprimoramentos para a plena geração de seu valor público potencial. Em suma, esta avaliação permitiu verificar se a estrutura lógica na abordagem do problema construída em 2019 continuava válida ante aos novos contextos, ou seja, confrontar o desenho originalmente planejado, com a experiência prática e com a nova realidade social.

A avaliação de implementação dos objetivos estratégicos do Ministério esteve intimamente relacionada à análise dos insumos e dos processos de trabalho envolvidos. Dois aspectos foram especialmente observados para a avaliação da implementação dos objetivos estratégicos: a) se houve entrega adequada de produtos; e, b) se esses produtos estavam sendo dirigidos ao público elegível, ou seja, a focalização. Verificou-se que a implementação das políticas foi fortemente influenciada pelo cenário fiscal restritivo, pelo aumento da demanda por programas e serviços ofertados pelo Ministério e como não poderia deixar ser, pela pandemia. De maneira geral, é possível afirmar, a partir dessa avaliação, que os problemas encontrados se situam mais na implementação que no desenho das políticas.

A verificação dos resultados e a geração de valor público consistem na espinha dorsal do processo de avaliação. Assim, a construção de indicadores ajuda a responder se, primeiro, há variáveis de resultados do Plano Estratégico do Ministério da Cidadania mensuráveis e disponíveis; segundo, se há evidências de que esses resultados estão sendo alcançados ao longo do tempo.

Foi constatado que a maioria dos objetivos estratégicos apresentaram indicadores desenhados com clareza que permitiram verificar que a evolução das variáveis desses resultados foi alcançada ao longo do período avaliativo e que estavam alinhados com o planejado, que permitiram a geração de valor público associado aos respectivos objetivos estratégicos e à melhoria da qualidade de vida e inclusão social. Anexo I deste Relatório consta planilha contendo conjunto de indicadores que buscam sintetizar alguns resultados e entregas de políticas públicas durante o presente ciclo. Boa parte desses indicadores estão presentes em outros instrumentos de planejamento como o PPA, já outros consistem em um esforço inicial realizado por esta CGPA/SPOG no sentido de sugerir a construção de métricas que seriam relevantes para acompanhamento das políticas.

Podem surgir alguns questionamentos quanto à dimensão efetiva do valor público gerado pelos objetivos estratégicos durante o primeiro ciclo avaliativo. Contudo, melhorias na geração de valor público associadas a uma maior transparência, participação e colaboração na interface com cidadãos podem demandar um tempo de maturação maior para que apresentem resultados. Afinal, essas mudanças, na maioria das vezes, não estão relacionadas a entregas de benefícios imediatos, mas a alterações incrementais, de caráter organizacional, procedimental e até cultural, cuja relevância e escala dependem de interações e aprendizados mútuos e que se mantenham presentes por um médio ou longo prazos.

Por fim, com relação a ajustes que poderiam ser realizados nas políticas com a finalidade de ampliar as entregas e gerar maior valor público durante o período de vigência do Plano Estratégico 2019-2022, seguem as seguintes recomendações:

- Intensificação e aprimoramento do uso de ferramentas tecnológicas na gestão e na implementação de políticas, com o uso de aplicativos, plataformas online e outros, no sentido de promover a entrega pública a mais pessoas de forma eficiente;
- Continuidade dos processos de melhoria da gestão da informação do Cadastro Único, visando a qualidade da informação, a inclusão de mais pessoas e a sua integração com outras bases do Governo Federal;
- Adoção de medidas visando a captação de recursos para além do orçamento federal, por meio de emendas parlamentares, parcerias com setor privado, sociedade civil, organismos internacionais e outros;
- Continuidade dos processos de melhoria da gestão: governança e gestão estratégica; gestão de pessoal; gestão de riscos; processos internos; estruturas organizacionais.

ANEXO I - TABELA DE INDICADORES

	Unidade	Indicador	Fonte
Objetivo 1.1	SNAPI	Percentual de indivíduos atendidos do público do Programa Criança Feliz (PCF), desde a gestação até os 6 anos	PPA
	SNAPI	Número de crianças e gestantes de famílias beneficiárias do Bolsa Família/BPC acompanhadas pelo Programa Criança Feliz	PPA/RI
	SNAPI	Número de municípios participantes do Programa Criança Feliz	PPA/RI
	SNAPI	Número de equipes ativas no Programa Criança Feliz por região	Sugestão CGPA/SPOG
	SENAPRED	Percentual de mães nutrizes em tratamento em Comunidades Terapêuticas atendidas pelo Programa Criança Feliz	Sugestão CGPA/SPOG
	SNAS	Número de crianças com deficiência atendidas nos serviços socioassistenciais no ano de referência	Sugestão CGPA/SPOG
Objetivo 1.2	SENAPRED	Quantidade de pessoas em tratamento em Comunidades Terapêuticas frequentando os cursos de capacitação	Sugestão CGPA/SPOG
	SEISP	Percentual de pessoas inscritas no Cadastro Único que tem acesso às políticas de inclusão social e produtiva cidadã	PPA
		Percentual do pessoas de 18 a 29 anos inscritas no Cadastro Único com acesso às políticas de inclusão social e produtiva cidadã	Sugestão CGPA/SPOG
		Percentual do pessoas inscritas no Cadastro Único com acesso ao microcrédito	Sugestão CGPA/SPOG
		Número de empreendimentos de economia solidária, associativismo e cooperativismo apoiados por ações desenvolvidas pelo Ministério da Cidadania	Sugestão CGPA/SPOG
		Percentual de pessoas em tratamento em Comunidades Terapêuticas com acesso à ações de qualificação	Sugestão CGPA/SPOG
		Percentual de vagas ocupadas no Sistema S pelo público do Cadastro Único	Sugestão CGPA/SPOG
		Percentual do pessoas inscritas no Cadastro Único frequentando ações de qualificação profissional	Sugestão CGPA/SPOG
Objetivo 1.3	SNAS	Taxa de cobertura de famílias em situação de vulnerabilidade e risco social por serviços e programas de assistência social referenciados nos CRAS	PPA/RI
	SNAS	Taxa de cobertura de famílias em situação de vulnerabilidade e risco social por serviços e programas de assistência social referenciados nos CREAS	PPA/RI
	SENAPRED	Quantidade de atendimentos de dependentes químicos em Comunidades Terapêuticas	PPA
	SEISP	Quantidade de entidades beneficiadas pelo PAA	Sugestão CGPA/SPOG
Objetivo 1.4	SEISP	Percentual de famílias extremamente pobres e pobres rurais inscritas no Cadastro Único beneficiadas com ações do Programa de Fomento às Atividades Rurais	Sugestão CGPA/SPOG
		Percentual de famílias pertencentes aos povos e comunidades tradicionais extremamente pobres e pobres inscritas no Cadastro Único beneficiadas com ações do Programa de Fomento às Atividades Rurais	Sugestão CGPA/SPOG
Objetivo 1.5	SNEAR	Quantidade de atletas praticantes de esportes de alto rendimento atendidos pelo programa Bolsa Atleta	PPA/RI/ Orçamento

	SNEAR	Proporção de municípios com infraestrutura atendida pelo Ministério	Sugestão CGPA/SPOG
	ABCD	Número de amostras coletadas de atletas	PPA/RI
	DIFE	Quantidade de projetos apoiados por entidades privadas	Sugestão CGPA/SPOG
	SNFDR	Número de núcleos de formação em futebol implantados, torneios de futebol e eventos de capacitação profissional apoiados, em relação ao registrado no ano de 2019	PPA/RI
Objetivo 1.6	SEISP	Número de equipamentos públicos de SAN apoiados	Sugestão CGPA/SPOG
		Quantidade de cisternas escolares implantadas	Sugestão CGPA/SPOG
		Proporção de cisternas de acesso à água para consumo humano implementadas em municípios que se encontram em situação de pobreza, extrema pobreza e insegurança alimentar e nutricional	PPA/RI
		Proporção de agricultores familiares beneficiados pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) localizados em municípios que se encontram em situação de pobreza, extrema pobreza e insegurança alimentar e nutricional	PPA/RI
	SENARC	Ampliação do número de municípios aptos a receber apoio financeiro do Índice de Gestão Descentralizada (IGD-M), caracterizado pelo número de municípios recebendo apoio financeiro do Programa	PPA/RI
		Famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza contempladas no Programa Bolsa Família, tendo como indicador a taxa de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família frente a estimativa de pobreza.	PPA/RI
	SNAS	Taxa anual de crescimento do BPC	PPA/RI
	SECAD	Quantidade de famílias cadastradas com renda de até ½ salário-mínimo no Cadastro Único para programas sociais, em relação a quantidade estimada de famílias com perfil Cadastro Único (Censo IBGE 2010)	Sugestão CGPA/SPOG
Objetivo 1.7	SECAD	Taxa de atualização cadastral dos municípios brasileiros	PPA/RI
	SNAS	Informa a cobertura de famílias em situação de vulnerabilidade e riscos sociais por serviços e programas disponibilizados nos CREAS	PPA/RI
	SNELIS	População beneficiária por programas educacionais, de participação e do lazer financiados pelo Ministério da Cidadania	PPA/RI
	SNPAR	Quantidade de paraatletas e profissionais beneficiados com políticas e ações do governo federal	PPA/RI

Legenda:

PPA: Plano Plurianual

RI: Compilação de Resultados Intermediários do MC